

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

PIERLISIA MOREIRA PEREIRA

ÉTICA E MEIO AMBIENTE:
TEMAS INTRÍNSECOS NA EDUCAÇÃO

São Leopoldo

2016

PIERLISIA MOREIRA PEREIRA

ÉTICA E MEIO AMBIENTE:
TEMAS INTRÍNSECOS NA EDUCAÇÃO

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestra em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Linha de pesquisa: Educação Comunitária
com Infância e Juventude

Orientadora: Laude Erandi Brandenburg

São Leopoldo

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P436e Pereira, Pierlisia Moreira
Ética e meio ambiente : temas intrínsecos na educação /
Pierlisia Moreira Pereira ; orientadora Laude Erandi
Brandenburg. – São Leopoldo : EST/PPG, 2016.
83 p.: il. ; 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa de
Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo,
2016.

1. Ética ambiental. 2. Educação ambiental. 3. Ecologia –
Estudo e ensino. I. Brandenburg, Laude Erandi. II. Título.

PIERLISIA MOREIRA PEREIRA

ÉTICA E MEIO AMBIENTE:
TEMAS INTRÍNSECOS NA EDUCAÇÃO

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestra em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Linha de pesquisa: Educação Comunitária
com Infância e Juventude

Data de Aprovação: 05 de julho de 2016

Laude Erandi Brandenburg – Doutora em Teologia – Faculdades EST

Gisela Isolde Waechter Streck – Doutora em Teologia – Faculdades EST

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me concedido saúde e sabedoria para a realização deste trabalho, em que relato intenções de preservar os recursos naturais e conseqüentemente uma melhor qualidade de vida no denominado planeta Terra.

À minha família e aos meus pais (*in memoriam*), especial à minha mãe falecida recentemente e que sempre foi uma grande incentivadora do meu crescimento educacional.

Em particular à minha filha, que embora adolescente, teve a sapiência de compreender minha ausência como mãe, durante o decorrer da pesquisa.

Em destaque, aos professores da Faculdade EST que demonstraram um verdadeiro exemplo de docência e ética ao compreender os obstáculos que se apresentaram durante o decorrer do curso.

*“No princípio, Deus criou o céu e a terra. A terra era um caos vazio, a escuridão cobria até as profundezas e um vento de Deus se agitava sobre a superfície das águas.”
(Gênesis 1.1-2)*

*“A teoria sem a prática vira ‘verbalismo’, assim a prática sem teoria virá ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se, a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade”
Paulo Freire*

*“Os portadores da esperança e da utopia, hoje, são os jovens, Porque eles é que têm que preparar a Terra de amanhã, e têm direito de exigir uma Terra melhor do que essa que temos hoje. Têm que estar comprometidos com a justiça social ecológica, preservar as florestas, cuidar das ruas, manter as águas limpas: isso é cuidar da Casa Comum”.
Leonardo Boff*

RESUMO

O estudo traz como enfoque principal duas das temáticas transversais sugeridas nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, a saber: Meio Ambiente e Ética; ambas complementam-se, e demonstram primordial necessidade de aplicabilidade em meio à sociedade em geral. O escopo desse trabalho visa analisar as referidas temáticas no contexto escolar. Desse modo, busca-se compreender os fatores que contribuem para a consolidação dos valores éticos a serem aplicados na educação ambiental. Além disso, almeja-se conhecer possibilidades que contribuam para atenuar a problemática ética ambiental por intermédio da educação em escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio. Trata-se de uma pesquisa estritamente bibliográfica, na qual se utilizou materiais impressos diversos como: livros, artigos científicos, dissertações, revistas e periódicos. A leitura e a seleção de materiais relativos aos PCNs se tornaram imprescindíveis para o entendimento dos conceitos de valores éticos utilizados na educação ambiental. Ideias estas, defendidas pelos estudiosos Paulo Freire, Leonardo Boff, entre outros. Observou-se também que após o surgimento dos PCNs, que teve origem nas políticas públicas educacionais – criadas no sentido de adequar-se ao novo milênio –, surgiu um novo olhar na educação. Diante do atual quadro de desequilíbrio ambiental urge o exercício das temáticas Ética e Meio Ambiente no processo ensino-aprendizagem uma vez que estas fazem parte da vida de todo cidadão. Assim, há uma forte ligação da conduta ética do ser humano com o meio ambiente e, sua aplicação por meio da interdisciplinaridade, é um caminho para o alcance da sustentabilidade, bem como se chegar ao mundo desejável pelo Criador.

Palavras-chave: Ética. Meio Ambiente. Educação.

ABSTRACT

The study brings as a main focus two of the transversal themes suggested in the National Curricular Parameters (PCNs), which are: Environment and Ethics; both complement each other and demonstrate a primordial need for applicability to society in general. The scope of this work aims at analyzing the referred themes in the school context. In this way one seeks to understand the factors which contribute to the consolidation of the ethical values to be applied within environmental education. Besides this, one aims to get to know possibilities which could contribute to attenuate the environmental ethical problematic through education in public Grade and High schools. It is a strictly bibliographic research in which various printed materials were used such as: books, scientific articles, theses, journals and periodicals. The reading and selection of materials regarding the PCNs became indispensable for understanding the concepts of the ethical values used in environmental education. These ideas are defended by academics such as Paulo Freire, Leonardo Boff, among others. It was also observed that after the emergence of the PCNs, which had their origins in educational public policies – and were created in the sense of adapting to the new millennium – a new way of looking at education emerged. Faced with the current situation of environmental imbalance the exercise of the themes of Ethics and Environment is urgently needed in the process of teaching-learning since these are part of the life of every citizen. Thus, there is a strong connection of the ethical behavior of the human being with the environment, and its applicability through interdisciplinarity is a path for reaching sustainability, as well as arriving at a world desired by the Creator.

Keywords: Ethics. Environment. Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 PRINCÍPIOS DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS	17
1.1 Temas dos Parâmetros Curriculares Nacionais.....	18
1.2 Ética e Meio Ambiente em interação permanente.....	23
2 O ENSINO APRENDIZAGEM NA ÉTICA FREIRIANA.....	29
2.1 Escola – extensão de espaço base para cidadania	30
2.2 Uma visão dos princípios da ética.....	33
2.2.1 Diálogo.....	34
2.2.2 Justiça.....	35
2.2.3 Respeito.....	37
2.2.4 Solidariedade.....	38
3 PERSPECTIVAS DA ESCOLA EM PRÁTICAS DO COTIDIANO: INTERAÇÃO DA ÉTICA E MEIO AMBIENTE NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	41
3.1 O contexto da Educação Ambiental no Brasil.....	42
3.2 Práticas possíveis – Legislação como base e a Escola como meio	44
3.3 Projeto: Solidariedade é o nosso compromisso	50
3.3.1 Identificação.....	50
3.3.2 Justificativa	50
3.3.3 Objetivos.....	52
3.3.4 Metodologia	52
3.3.5 Metas.....	52
3.3.6 Cronograma de atividades.....	53
3.3.7 Recursos Humanos	53
3.3.8 Resultados ao longo dos anos.....	53
3.3.9 Parceiros.....	54
3.4 Projeto: O saber fazer na escola/ Subprojeto: Horta móvel educativa.....	54
3.4.1 Identificação.....	54
3.4.2 Justificativa	54

3.4.3 Como aconteceu - a base da proposta	55
3.4.4 Mobilização e sensibilização	55
3.4.5 As ações realizadas	55
3.4.6 Considerações finais	60
CONCLUSÃO.....	61
REFERÊNCIAS	63
APÊNDICE I	67
APÊNDICE II	69
APÊNDICE III	71
ANEXO I.....	77
ANEXO III.....	81
ANEXO IV.....	83

INTRODUÇÃO

O referido trabalho é reflexo de vivências nas escolas que serviram de modelo para o registro de ações de cidadania no ensino fundamental e médio. O estudo diz respeito aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), cuja abrangência corresponde aos componentes curriculares: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais, Educação Física, Arte e Língua Estrangeira. E, a abordagem dos respectivos componentes ocorre por meio da interdisciplinaridade dos temas: Ética, Saúde, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural.

Tais motes dos diferentes componentes curriculares, aplicados de forma interdisciplinar, possuem fundamental relevância no que tange a sobrevivência no planeta. Ao longo da história da humanidade e, principalmente nas últimas décadas, tem-se buscado reverter consideravelmente o desequilíbrio ecológico, impactos estes que refletem tanto nos aspectos social, político e econômico.

O estudo das temáticas Ética e meio Ambiente tem como objetivo a compreensão dos fatores que contribuem para a consolidação dos valores éticos que permeiam a educação ambiental. Além disso, almeja-se conhecer possibilidades que contribuam para amenizar a problemática ética ambiental por intermédio da educação em escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio.

Trata-se de uma pesquisa de cunho estritamente bibliográfico, a qual utilizou materiais impressos como: livros, artigos científicos, dissertações, revistas e periódicos. A leitura e seleção de materiais relativos aos PCNs tornaram-se imprescindíveis para o esclarecimento da pesquisa, assim como os posicionamentos de Paulo Freire, Leonardo Boff, dentre outros teóricos.

A pesquisa dividiu-se em três capítulos: o primeiro aborda os Parâmetros Curriculares Nacionais como interface de entendimento na construção da cidadania; o segundo trata da composição da Ética, a qual reflete posicionamentos do método de Paulo Freire, o terceiro discorre acerca da base legal da Educação Ambiental no Brasil, no Pará e na cidade de Santarém. E, como proposta de intervenção apresenta-se possibilidades de práticas ambientais como ponto de partida e caminho para o alcance da cidadania.

1 PRINCÍPIOS DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram criados em 1995/96 como exemplo prático de proposta educativa para uma escola de excelência. Dentre seus propósitos cita-se a formação dos discentes, considerando contexto ético para o exercício da cidadania. A intenção foi aprimorar a qualidade de atendimento em seus aspectos social, político, econômico e cultural ao perfil do educando brasileiro, incentivando a cidadania por meio de princípios básicos para o bem-estar da sociedade.

Assim, o surgimento de uma pedagogia crítica se fez necessária. Soma-se a esta, a inserção das novas tecnologias no processo ensino-aprendizagem dos discentes, o que trouxe a ampliação de acesso ao mercado de trabalho.

Por outro lado, a formação continuada passou a ser constante, de maneira que no processo de ensino-aprendizagem fossem aplicadas estratégias capazes de promover com mais eficiência a assimilação do conhecimento. Com isso, hipóteses e argumentação para formação de um senso crítico propiciaram a criatividade e circunstâncias para apreensão do conhecimento proposto. Yus¹ afirma que a importância e estimulação em determinado meio, bem como a utilização adequada dos métodos de aprendizagem dos valores, favorecem a formação continuada:

Numerosos estudos tornaram manifesto a importância do ambiente ou o marco na estimulação do desenvolvimento de atitudes e valores. Nessa tese, costuma-se partir de duas concepções diferentes da aprendizagem dos valores: para uns, essa influência se deve a que pessoas aprendem valores por socialização [...], enquanto que, para outros, esse ambiente é importante porque estimula o diálogo, a reflexão moral e a interação grupal em temas morais.²

Portanto, nesse formato, o surgimento da criatividade por meio dos conhecimentos gera nos discentes uma nova perspectiva. Trata-se de um enorme desafio para uma escola com ênfase em valores. Lucini defende os seguintes fins educativos:

- O despertar da ilusão nos alunos e alunas: ilusão de viver e de lutar por um programa de vida positivo, criador e, por que não, ligado ao sentido mais dinâmico da esperança e da utopia.

¹ YUS, Rafael. *Temas Transversais em busca de uma nova escola*. Porto alegre: Artmed, 1998.

² YUS, 1998, p. 56.

- [...] atitudes favoráveis ao aperfeiçoamento da pessoa; uma formação personalizada, encaminhada para o aprender a viver em felicidade e em harmonia com si mesmo e com os demais.
- [...] renascer de uma sociedade reconstruída desde algumas relações sociais muito mais livres e muito mais solidárias. Uma sociedade mais fraterna, capaz de perceber e de sentir o futuro do planeta como o futuro comum, compartilhado e universal [...].³

Diante do exposto, o enfoque da educação na cidadania torna-se nítido. Entretanto, o surgimento dos temas transversais provocou em alguns grupos de educadores questionamentos diversos em relação aos motivos da sua existência. Pois, somente algumas disciplinas foram privilegiadas. A resposta a esse questionamento encontra-se na afirmação de Moreno ao se remeter aos pensadores da Grécia clássica: “[...] pensadores antigos determinaram [...] os campos temáticos mais importantes sobre os quais valia a pena concentrar os esforços intelectuais, convertendo-os em temas de discussão e no centro dos seus escritos.”⁴

Percebe-se, então que no passado as temáticas discutidas eram distantes da população. Hoje, os temas estão mais próximos dos cidadãos e a tecnologia como aliada as suas questões.

1.1 Temas dos Parâmetros Curriculares Nacionais

Os temas transversais sugeridos e inclusos no currículo escolar necessitam ser adaptados e explorados ao considerar cada realidade escolar. Torna-se, também, necessário fortalecer em cada discente a formação moral sem abandonar os componentes curriculares da sala de aula. A escola pode trabalhar os conceitos relativos aos temas eleitos tanto no aspecto local quanto no regional, considerando seu perfil.

O espaço escolar por ser amplo, permite a aplicabilidade de temas transversais como: “Ética, Meio Ambiente, Pluralidade cultural, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo”.⁵ A prática de qualquer um dos citados temas é desafiadora, pois todos perpassam por dois em destaque: Ética e o Meio Ambiente.

A Ética como bússola norteadora dos demais temas, envolve costumes, e hábitos no âmbito escolar. Uma comunidade escolar esclarecida opta pelo tema que

³ GONZÁLEZ 1993 apud YUS, 1998, p. 56.

⁴ MORENO, Montserrat. Temas Transversais: um ensino voltado para o futuro. In: BUSQUETS, Maria; CAINZOS, Manuel; FERNÁNDEZ, Teresa; LEAL, Aurora; SASTRE, Genoveva. *Temas Transversais em Educação: bases para uma formação integral*. São Paulo: Ática, 1998. p. 25.

⁵ BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: geografia*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1998. p. 25.

melhor atenda sua realidade. Nesta perspectiva, a estudiosa Hermann corrobora uma definição de ética no sentido estritamente filosófico: “[...] a ética interpreta, discute e problematiza valores morais e a fundamentação do agir moral [...] é a busca de uma compreensão racional dos princípios que orientam o agir humano.”⁶

Desta forma, entende-se que a ética está ligada intrinsecamente às relações humanas, nos mais variados contextos da sociedade. No ambiente escolar o acompanhamento deve ser constante, haja vista que tanto a criança quanto o adolescente encontram-se em contínuo processo de formação. Nessas relevantes fases, valores passam a ser apreendidos por meio de situações ocorridas dentro e fora da sala de aula, e o docente pode ser exemplo para o discente.

Em contrapartida o Meio Ambiente encontra-se em situação de vulnerabilidade à medida que o ser humano passou a utilizar seus recursos e espaços de forma inapropriada: o desmatamento, a poluição de rios e igarapés, lixões a céu aberto, dentre outros problemas ambientais.⁷ Tudo isso reflete negativamente, trazendo como consequência severos danos à fauna e à flora. Entre as causas da degradação ambiental, destacam-se principalmente: a influência da indústria e sua forma de condução, a agricultura pelo uso excessivo de produtos tóxicos e o êxodo rural.

Tais situações afetam consideravelmente a sociedade. Portanto, para que ocorra um novo formato de produção de bens e para minimizar a desigualdade social, mudanças de valores são necessárias. E estas, por sua vez, só podem ocorrer através da educação. Nesta perspectiva, Gadotti interpreta o papel da educação no atual contexto:

É educar para **planetarização** e não para **globalização**. Vivemos num planeta e não num globo. [...] A Terra é um superorganismo vivo e em evolução. Nosso destino, enquanto seres humanos, está ligado ao destino desse ser chamado Terra. Educar para um outro mundo possível é educar para ter uma relação sustentável com todos os seres da Terra, sejam eles humanos ou não.⁸

Neste viés, das legislações em vigor elaboradas de modo a reforçar a intensão do compromisso em todos os níveis de ensino, merece destaque a

⁶ HERMANN, Nadja. *Pluralidade e ética em Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 15.

⁷ ALERTA VERDE. *Produção: Espaço Cultural CPFL. Publicação e Distribuição: Log Editora Multimídia. Produzido no Pólo Industrial de Manaus, 2007. 4 DVD's: Água (78min), Mudanças Climáticas (128min), Lixo e Reciclagem(160min) e Aquecimento global (130min).*

⁸ GADOTTI, Moacir. *Educar para a sustentabilidade: uma contribuição a década da educação para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editoria e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. p. 108.

Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. O formato de como a transmissão desse conhecimento deve ser repassado é bem eclética e comprova-se no Art. 16 nos parágrafos I ao III.

I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;

II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;

III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.⁹

O ambientalista Genebaldo Freire Dias¹⁰ aponta um possível caminho para a saída dessa situação caótica de luta da espécie humana pela sobrevivência ao utilizar como estratégia, o Desenvolvimento Sustentável. Além disso, afirma também que a Educação Ambiental seria a principal ferramenta em busca de um novo panorama. No Encontro Rio +5 ocorrido em 1997 na cidade do Rio de Janeiro Mikhail Gorbachev expressou acerca desse novo estilo de vida: “O maior desafio, tanto da nossa época como do próximo século, é salvar o planeta da destruição. Isso vai exigir uma mudança nos próprios fundamentos da civilização moderna – o relacionamento dos seres humanos com a natureza”.¹¹

A Pluralidade Cultural é um outro tema de relevância, cujo propósito fortalece o reconhecimento da diversidade cultural e étnica nos discentes. Logo, os PCNs incentivam-os por meio do conhecimento, o respeito e a valorização da diversidade etnocultural, como exercício da democracia. Além disso, faz com que o docente possa assimilar seu importante papel de mediador na ressignificação dessa temática.

Tal temática repudia qualquer tipo de discriminação de raça ou de sexo. A realidade, no entanto, é que muitos jovens sem conhecimento de causa, manifestam-se em atos violentos, gerando graves consequências. Exemplo dessa violência é comentado por Freire ao tomar conhecimento da atitude de jovens de Brasília “brincar de matar índio, de matar [...] diante da perversidade intolerável

⁹ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012*. p. 5. Disponível em: <<http://conferenciainfante.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

¹⁰ DIAS, Genebaldo Freire. *Educação ambiental: princípios e práticas*. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2004.

¹¹ GORBACHEV, 1997 apud DIAS, 2004, p. 97.

desses moços desertificando-se, no ambiente em que decresceram em lugar de crescer.”¹²

A Saúde, por sua vez, constitui um tema de abordagem bem ampla, pois, segundo os PCNs: “Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas ausência de doença.”¹³ Assim sendo, para o alcance ideal da saúde no campo educacional se faz necessária sua aplicação aos terceiros e quartos ciclos (últimas séries do ensino fundamental), na intenção de fazer com que os discentes obtenham na condução do processo da saúde.

Nesse sentido a Organização Mundial da Saúde (OMS) acredita que a escola que promove e valoriza a saúde, destaca-se pelas condições:

[...] têm uma visão ampla de todos os aspectos da escola, provendo um ambiente saudável [...] Promovem a participação ativa de alunos e alunas; [...] Entendem que o desenvolvimento da autonomia pessoal são fundamentais para promoção da saúde.¹⁴

Na adolescência, período de consolidação de hábitos e valores, a temática Saúde deve ser abordada com frequência na sala de aula por meio de palestras, vídeo conferências, debates, entre outros. Entretanto, há pessoas que se contrapõem a presença dessa prática em ambiente escolar.

Posicionamentos à parte, a prevenção às doenças dá-se nas primeiras séries iniciais, o discente começa a receber as seguintes orientações: higiene pessoal, combate ao Zica Vírus e Dengue, além disso, vacinas são disponibilizadas às adolescentes nas escolas públicas para imunização do vírus HPV.¹⁵

Paralelo ao tema citado, tem-se a Orientação Sexual, detentora de diferentes propósitos para cada etapa de ensino. Os PCNs destacam alguns assuntos prioritários ao esclarecimento discente: “[...] masturbação, início do relacionamento sexual, homossexualidade, aborto, prostituição, [...] gravidez na adolescência, obstáculos na prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/AIDS.”¹⁶ Dessa forma, segue uma ordem de eixos norteadores, os quais são identificados por blocos, a saber: Corpo: matriz da sexualidade; Relações

¹² FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação - Cartas Pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Ed. Villa das Letras, 2014. p. 75.

¹³ BRASIL, 1998, p. 249.

¹⁴ BRASIL, 1998, p. 260.

¹⁵ HPV significa: Human Papiloma Vírus.

¹⁶ BRASIL, 1998, p. 315.

de Gênero e Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids, estes direcionamentos auxiliam o estudo dos conteúdos.

O corpo denominado matriz da sexualidade, favorece o conhecimento das diferentes dimensões e precisam ser trabalhadas, diante a cultura local. Neste sentido, há abrangência nos aspectos psicológico, biológico e social, e que por meio da interdisciplinaridade favorece abordagens relativa a sua sexualidade. A carência de informação corrobora para altos índices de gravidez precoce, que segundo a OMS “cerca de 16 milhões de adolescentes dão à luz todos os anos no mundo principalmente nos países em desenvolvimento”.¹⁷

Ainda na Saúde, o bloco Relação de Gênero busca esclarecer por meio de palestras e debates, dúvidas à respeito da definição de masculino e feminino no contexto das relações, bem como o repasse de uma visão histórica, e cultural de equidade diante de suas diferenças.

Portanto, o bloco referente ao tema Orientação Sexual sugerido nos PCNs, ressalta a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (como a AIDS). Evidencia, também, o incentivo à saúde e a desmistificação de algumas doenças. Assim, a orientação ao discente direciona-se no sentido que a sexualidade seja interpretada de forma saudável e prazerosa, e não com estereótipos sociais ou recriminação.

Trabalho e Consumo, como última temática sugerida, pode ser trabalhada de forma interdisciplinar, discorre características relacionadas à vida dos adolescentes pertencentes aos 3º e 4º ciclos de ensino fundamental. Destarte, a escola pode propiciar não apenas formalização de conhecimento ao preparar o jovem para o mercado de trabalho, mas como orientá-lo quanto aos seus direitos e deveres como cidadão.

Nesse contexto foi criada a lei nº 8.069/90¹⁸ que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu capítulo V e cita a defesa do mesmo diante o título “Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho”. A lei explicita peculiaridades da categoria quanto à conduta trabalhista, bem como conciliação aos estudos.

¹⁷ GERALDI, Renata. OMS tenta reduzir casos de gravidez na adolescência. 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/oms>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

¹⁸ BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

No que tange o processo educacional, a temática Trabalho incentiva a prática do mesmo, assim como alerta à conciliação deste com a aprovação do ano letivo. O Trabalho, como direito social, perpassa pelo direito de todos. E a escola tem um fundamental papel na formação dos futuros trabalhadores:

Entende-se a escola como uma organização que trabalha – que trabalha com uma tarefa específica e que com seu trabalho, prepara futuros trabalhadores reproduzindo parcialmente as representações, valores [...].¹⁹

Durante sua permanência na escola, o discente deve ser esclarecido por palestras e programas de cidadania, que o trabalho digno e o consumo consciente interferirá de forma positiva na sociedade.

1.2 Ética e Meio Ambiente em interação permanente

Ética e Meio Ambiente, termos distintos em sua etimologia, são interdependentes em sua aplicabilidade e fundamentais para a humanidade devido à necessidade de se pensar o comportamento humano na sociedade. Ao longo da história, os gregos passaram a utilizar a ética enquanto fator condicionante na educação. Desse modo, Hermann²⁰ corrobora “o legado grego da ética, das ideias de liberdade e justiça está vivo no que pensamos e falamos”.

Esta afirmativa nos remete à ideia de que a ética é presença viva e companhia constante, além de necessária a todos para uma apreensão da salutar convivência em grupo. Como proposta dos PCNs, a Ética constitui-se de princípios básicos como diálogo, justiça, respeito mútuo e solidariedade. Ela possui proveniência de uma interpretação ampla e histórica com diferentes correntes. Dessa forma, os PCNs apresentam uma definição quanto ao uso:

A ética serve, portanto, para verificar a coerência entre práticas e princípios, e questionar, reformular ou fundamentar os valores e as normas componentes de uma moral, [...] que vai da ação para reflexão sobre seu sentido e seus fundamentos, e da reflexão retorna à ação, revigorada e transformada.²¹

Ratifica-se, mais uma vez, que a reflexão ética é a de convivência e, ela parte da vida na conduta de valores e mediação do comportamento humano com o fim fortalecedor. Embora, na prática, nem todos atentam aos acontecimentos e

¹⁹ BRASIL, 1998, p. 344.

²⁰ HERMANN, 2001, p. 11.

²¹ BRASIL, 1998, p. 52-53.

entraves que os cercam, assim como não indagam acontecimentos. A escola favorece um ambiente propício para a prática da ética, uma vez que crianças e jovens estão em interação e em processo de construção contínuo. A presença do educador, por exemplo, em momentos de intervalos, constitui uma relação de aprendizagem e crescimento.

Quanto ao Meio Ambiente, os PCNs firmam uma definição de “Ambiente” com aceitação internacional realizado pela UNESCO nas escolas em 1968, no qual ficou explícito: “por ‘ambiente’ entende-se não apenas o entorno físico, mas também os aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos inter-relacionados”.²²

Os contextos mencionados estão inseridos nos ambientes sociais, destacando-se o educacional, quando a escola acolhe e agrega, sem distinção, uma clientela diversificada nos mais diversos aspectos. Assim, ao final de um ano letivo, têm-se resultados promissores sem existência de evasão em decorrência da prática dos componentes éticos.

Ética e Meio Ambiente precisam um do outro para que suas funções ocorram em equilíbrio dentro de suas respectivas finalidades. No coletivo escolar, o constante pensar, o repensar e o agir fazem parte do processo ensino aprendizagem, em que o crescimento ético e educacional não é só do discente, mas também da comunidade escolar, a fim de alcançar o amadurecimento e o êxito em suas construções.

A prática de intervenções na comunidade escolar são as mais recomendáveis, podendo ocorrer por meio de reunião em círculos (ideia de união) com equipe gestora, docentes, discentes e seus respectivos responsáveis. Tais encontros podem ser um caminho em busca de soluções para os problemas, sejam de ordem moral ou física, interna ou externa à sala de aula. Práticas como essas, retratam definições de Ética como a de Boff:

[...] é um conjunto de valores e princípios, de inspirações e indicações que valem para todos, pois estão ancorados na nossa própria humanidade. Ela responde à pergunta: Que significa agir humanamente? [...] Esse é o sentido grego de *ethos*, “morada”, “casa”. Morada não deve ser entendida materialmente como construção de quatro paredes e telhado. Morada deve ser compreendida existencialmente, como o modo de o ser humano habitar, como forma de organizar a vida em família. Aí surgem as inspirações, os princípios e os objetivos fundamentais. Morar implica a harmonia dos que

²² BRASIL, 1998, p. 229.

moram. [...] Tudo isso está presente no sentido originário da ética. No fundo, ética significa viver humanamente.²³

Tal reflexão demonstra que a existência da ética incorporada harmoniza e ultrapassa os mais diferentes horizontes, ao iniciar no lar com abrangência na escola, grupos sociais, cidades e países. Entretanto, quando a primeira instituição conhecedora pelo discente, a família, não consegue vencer o processo de conduta na assimilação de valores éticos, o processo de reversão é bem mais difícil, mas não impossível. Como consequência, o educando irá reproduzir essa cultura nos mais diferentes lugares.

Na visão teológica de que Deus faz sua criação, torna-se muito claro o entendimento de que Ética e Meio ambiente complementam-se. A Ética compõe-se de Diálogo, de Justiça, de Respeito e de Solidariedade. Com isso, a conduta do ser humano está diretamente associada às ações que mediante a cultura podem ser vistas como boas ou más. O livro sagrado dos cristãos, a Bíblia, em diversos trechos procura desvendar o mundo da criação Moltmann corrobora ao afirmar:

[...] O “espaço de existência” céu é a pátria das estrelas e de suas funções para as outras criaturas (Gn 1,6-8). Os “espaços de vida” mar, ar e terra (v. 9-12) estão relacionados com os seres vivos dentro deles e que foram criados por causa deles (v. 20-22): o meio-ambiente-terra para as plantas, o meio-ambiente-mar para os peixes, o meio-ambiente-mar para os pássaros. Somente depois de todas as condições do meio-ambiente terem sido criadas é que se realiza a criação dos animais e das pessoas (v. 24-28), os quais devem alimentar-se das plantas.²⁴

O espaço terreno de acordo com autor foi dividido e sintonizado por um criador que de nada esqueceu. A iniciar pelo céu, cujo espaço é o limite para a terra, em sua composição realizou a criação dos seres vivos por parte e os adaptou ao meio ambiente, construindo-se, então, uma relação harmônica. Entretanto, ao longo dos tempos esta harmonia sofre interferências, uma vez que o desequilíbrio ambiental é nítido e suas reações são reflexos da conduta do ser humano.

O ser humano por não conseguir manter o equilíbrio do Meio Ambiente, criou-se leis para evitar maiores prejuízos ao ecossistema. No Brasil, há leis bem definidas, a exemplo da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), que instituiu a Lei nº 6.938 de 31/08/1981, a qual o define como “o conjunto de condições, leis,

²³ BOFF, Leonardo. *Ética e Eco espiritualidade*. São Paulo: Vozes, 1986. p. 9-10.

²⁴ MOLTSMANN, Jurgen. *Doutrina Ecológica da Criação. Deus na Criação*. Trad. Haroldo Reimer e Ivoni Richter. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 222.

influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.”²⁵

Desta maneira, a lei citada, demonstra sua abrangência nos campos econômico, social, e cultural. Mas, ela não coibiu a ação danosa do ser humano ao meio ambiente. Então, há uma necessária interação da Ética com o Meio Ambiente para equilíbrio sustentável.

Estudiosos, como Grun²⁶, acreditam que a prática escolar permeia facilmente por momentos favoráveis ao incentivo no que tange a educação ambiental em sala de aula. Independente do componente curricular situações históricas são meios propícios para abordagem com propriedade aos discentes. Nas aulas de História, pode-se afirmar que o nome do Brasil provém de uma árvore denominada Pau-brasil, cuja planta existia em grande quantidade na época do descobrimento. Além dos ciclos gloriosos da “[...] cana-de-açúcar, ouro e diamantes, café [...]”²⁷ são temas apropriados para demonstrar o tipo de relação ética ocorrida.

O panorama atual corrobora significativamente para a ausência de valores, pois a assimilação do processo ensino aprendizagem pressupõe a prática de princípios éticos. Entretanto, o agente multiplicador nem sempre consegue obter o efeito desejável de um meio ambiente sustentável. Como exemplo, tem-se a problemática do lixo domiciliar confirmada por Rangel: “[...] o total de resíduos sólidos despejados no meio ambiente chegam, no Brasil, a 150 toneladas por dia. [...]”²⁸ Waldman afirma o reflexo que o lixo traz para a economia:

[...] No plano econômico trata-se de um lixo com muito valor agregado [...]. Geograficamente concentrado nas regiões urbanas e confundindo-se com o funcionamento deste espaço, o rejeito residencial pressiona de modo contundente os ciclos artificiais que regem a vida da cidade.²⁹

Apesar de uma situação coletiva, o descarte inicial do lixo produzido é de responsabilidade cada indivíduo, entretanto o consumismo desenfreado faz com que o mesmo produza de forma desordenada. Assim, resta ao poder público administrar

²⁵ BRASIL. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Disponível em: <http://www.oas.org/dsd/fida/laws/legislation/brazil/brazil_6938.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016.

²⁶ GRUN, Mauro. *Ética e Educação Ambiental a conexão necessária*. 2. ed. São Paulo: Papirus, 2000.

²⁷ GRUN, 2000, p. 108.

²⁸ RAZZOLINI FILHO, Edelvino. *O reverso da logística e as questões ambientais no Brasil*. Curitiba: Ibpex, 2009. p. 114.

²⁹ WALDMAN, Maurício. *Lixo cenário e desafios/Abordagens Básicas para Entender os Resíduos Sólidos*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 150.

esses resíduos, o que passou a ser um problema mundial. Entretanto, o lixo pode gerar um valor significativo, caso cada um venha a fazer a sua parte, mas acontece que grande parte da população não consegue conduzir de maneira adequada o relevante processo. Em grandes cidades e capitais, o lixo não destinado adequadamente entope esgotos e vielas, ocasionando um efeito contrário e muito negativo para todos como: doenças, poluição das águas, mau cheiro, etc.

As regiões de Norte a Sul do Brasil sofrem sequelas com a degradação ambiental. As comunidades amazônicas, por exemplo, são vítimas das modificações ambientais. Sobre isso, João Meirelles Filho elenca grandes vilões ambientais: a Usina Hidroelétrica do Belo Monte, Usinas do Rio de Madeira, hidrovias, eixos rodoviários e asfaltamento das antigas rodovias, grandes minerações, portos de exportação de soja, garimpo, a pesca predatória, além das queimadas.

O Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) na última década registrou o seguinte: “[...] nos últimos nove anos foram registrados aumentos expressivos na quantidade de focos de calor, indicando uma tendência crescente”.³⁰ Ainda segundo Filho as ameaças à Amazônia advêm do próprio ser humano:

A ameaça à Amazônia somos nós! Somos bastante hipócritas no que se refere às reais causas que destroem a Amazônia. Continuamos a discutir os efeitos e não as causas. Brigamos para baixar o índice de desmatamento ou o índice de queimadas, para punir este ou aquele setor econômico – a pecuária, os madeireiros, os garimpeiros – no entanto, as verdadeiras causas não são sequer mencionadas no discurso oficial, no meio ambientalista ou na academia.³¹

Portanto, no âmbito educacional um trabalho de conscientização que contemple princípios éticos se faz necessário, no qual crianças e adolescentes se sintam responsáveis pela preservação ambiental, ao contribuir com práticas sustentáveis para a conservação dos recursos naturais do planeta.

³⁰ MEIRELLES FILHO, João. *O livro de Ouro da Amazônia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2016. p. 228.

³¹ FILHO, 2016, p. 157.

2 O ENSINO APRENDIZAGEM NA ÉTICA FREIRIANA

O ensino-aprendizagem é um processo desafiador ao docente que se lança na arte de educar. Assim, o discente é ícone do processo, imbuído na missão de aprendizagem. Por isso, deve ser conduzido a uma constante reflexão de seu papel no mundo. Cabe, portanto, ao docente encaminhar essa trajetória de apreensão do conhecimento, na qual não devem faltar valores e virtudes à educação.

O pensamento freiriano é essencialmente arraigado de senso crítico e valores éticos em prol da dignidade do ser humano, contudo até os dias atuais não há nenhuma obra publicada de Freire que trate especificamente da Ética. Segundo o seu Dicionário, a ética universal do ser é um conjunto de “relações dos humanos entre si e destes com a natureza e com a vida”.³² Por meio do processo educativo se torna possível mediar situações que produzam sentido a vida do discente aliando conteúdos a sua formação ética. Partindo desse pressuposto, o autor mencionado enfatiza:

Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela [...]. É por isso que transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar.³³

De acordo com a ética freiriana sua aplicação prática, com base em princípios naturais e dinâmicos, varia conforme os conflitos imbuídos no contexto escolar. “Em outras palavras, a aplicação dos princípios éticos gerais pode tomar sentidos, significados e até expressões diferentes segundo os problemas que forem trabalhados.”³⁴

³² ZITKOSKI, Jaime Jose; REDIN, Euclides; STRECK, Danilo R. *Dicionário Paulo Freire*. Autêntica Editora. Disponível em: <<http://www.saraiva.com.br/dicionario-paulo-freire-2540568.html>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

³³ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 33

³⁴ GUTIÉRREZ, Francisco. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1999. p. 101. (Guia da escola cidadã; v.3).

2.1 Escola – extensão de espaço base para cidadania

Na década de oitenta ocorreu o surgimento da gestão democrática, prática esta necessária em todas as escolas, em decorrência disso, surge o conceito de escola cidadã. Nesse prisma, Gadotti sugere uma definição de cidadania:

[...] essencialmente consciência de direitos e deveres e exercício da democracia: **direitos civis**, como segurança e locomoção; **direitos sociais**, como trabalho, [...] saúde, educação, habitação, etc. **direitos políticos**, como liberdade de expressão, de voto, de participação em partidos políticos e sindicatos, etc. Não há cidadania sem democracia.³⁵

Ao conhecer seus direitos e deveres enquanto cidadão, o discente inicia o processo de senso crítico, o qual lhe dá o sentimento de responsabilidade em suas atitudes para com o próximo, o país e o próprio planeta. Tal reflexão diz respeito à questão da cidadania ambiental, a qual “[...] compreende as obrigações éticas que nos vinculam tanto à sociedade como aos recursos naturais do planeta de acordo com nosso papel social e na perspectiva do desenvolvimento sustentável.”³⁶

A escola constitui ambiente propício à prática cidadã ao favorecer a eliminação de supostas barreiras, como as de relacionamentos éticos em âmbito familiar. A partir do momento em que o conhecimento do meio escolar é incorporado pelo discente seja por meio de dinâmicas, campanhas de conscientização, ou ainda debates, inicia-se um processo natural de pertencimento do discente em defesa do seu espaço.

Conseqüentemente, a existência de parcerias com os órgãos sociais que fazem parte desse processo como: prefeituras, hospitais, conselhos, entre outros, gera um sentimento de cidadania e seu pleno exercício. Desse modo, Gutiérrez assim aborda a questão do pensar crítico e da responsabilidade ambiental:

O cidadão crítico e consciente é aquele que compreende, se interessa, reclama e exige seus direitos ambientais ao setor social correspondente e que, por sua vez, está disposto a exercer sua própria responsabilidade ambiental. Este cidadão, quando se organiza [...] adquire poder político e uma capacidade de mudança coletiva.³⁷

Portanto, quando o discente começa a absorver esses valores passa a ter consciência cidadã, a qual refletirá em sua vida pessoal e profissional.

³⁵ GADOTTI, Moacir. *Escola cidadã*. Coleção Questões da Nossa Época. v. 24. 2008. p. 67.

³⁶ GUTIÉRREZ, 1999, p. 14.

³⁷ GUTIÉRREZ, 1999, p. 15.

Os temas transversais fazem parte do cotidiano e conseqüentemente, envolvem questões sociais, e a escola como espaço facilitador favorece uma aprendizagem direcionada ao enfoque construtivista, o qual desenvolve instrumentos capazes de induzir a novos comportamentos.

O modelo de instrumento apresentado por Yus³⁸ demonstra a capacidade de conduzir na aprendizagem da Educação Ambiental, conforme assimilação de novos conhecimentos na área. O primeiro direciona os objetivos, o segundo é resultado do referido processo:

Quadro 1 – Evolução ou não na conduta do aprendiz

Responda o que você achar mais adequado em cada situação, pondo uma cruz no lugar escolhido:				
Estou disposto/disposta	Não estou disposto/disposta	Estou um pouco disposto/disposta	Gosto da ideia e tentarei fazer	Gosto da ideia e estou disposto/disposta a fazer sempre
1. A não por fora a folha de papel se o título não saiu direito.				
2. A não rasgar a folha quando ver que o trabalho não saiu bem.				
3. A utilizar o papel usado para rascunho.				
4. A utilizar o papel nos dois lados sempre que for oportuno.				
5. A deixar na gaveta dos papéis para usar aquelas folhas que ainda têm espaço e ainda podem ser utilizadas para rascunhos				
Explique as razões de suas decisões				

Fonte: YUS, 1998, p. 184-185.

O quadro a seguir mostra outra folha chamada de “auto-regulação”. Os questionários podem ser aplicados em nível de constatação quanto ao modo comportamental dos discentes perante questões ambientais. Yus conclui que:

³⁸ YUS, 1998.

Em síntese, o enfoque construtivista dá ênfase ao papel ativo que os alunos devem desempenhar nos processos de construção do conhecimento, atitudes e comportamentos. Um processo em que [...] cabe distinguir uma fase de explicitação de ideias, atitudes e comportamentos prévios; outra de contrastação e mudança conceitual, atitudinal e comportamental; e, finalmente, uma fase de aplicação e reforço das aprendizagens, presididos pela vivência e o desenvolvimento pessoal na solução de problemas reais.³⁹

Quadro 2 – Avaliação do autocontrole quanto ao uso do papel na aula

Esta folha servirá de autocontrole para que você possa avaliar se foi capaz de realizar suas próprias decisões quanto ao uso do papel na aula:				
	Nunca fui capaz	Algumas vezes fui capaz	Na maioria das vezes fui capaz	Fui capaz sempre
1. Fui capaz de não pôr fora as folhas de papel se o título não saiu direito.				
2. Fui capaz de cortar a folha pela metade quando vi que o trabalho não saiu bem.				
3. Fui capaz de utilizar o papel usado para rascunho				
4. Fui capaz de utilizar o papel nos dois lados sempre que foi oportuno.				
5. Fui capaz de deixar na gaveta dos papéis para usar aquelas folhas que ainda tinham espaço e ainda podiam ser utilizadas para rascunho.				

Fonte: YUS, 1998, p. 184-185.

Os quadros apresentados admitem possibilidades de trabalhar com a educação na interdisciplinaridade ao associar o conhecimento à prática. Nesta perspectiva, os mecanismos criados, influenciam o surgimento de novos hábitos.

A escola é um espaço de expressão e de formação de cidadania, portanto, pode e deve desempenhar o seu papel de “Escola cidadã”. Freire posiciona-se em

³⁹ YUS, 1998, p. 185-186.

entrevista na Televisão Educativa no Rio de Janeiro, definindo o modelo dessa escola:

A escola cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e deveres. O que a caracteriza é a formação para a cidadania. A escola cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. [...] E como ninguém pode ser só, a Escola Cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia.⁴⁰

Na Educação, o questionamento da mentalidade burocrática dominante é foco de experiências ocorridas numa Escola Cidadã. Vivências estas que pressupõem possíveis alterações a sua estrutura e desenvolvimento. “A **qualidade** do ensino está [...] relacionada ao projeto de sociedade que queremos construir e aos projetos das [...] escolas, que são muito mais eficazes na conquista dessa qualidade do que projetos [...] distantes do seu dia-a-dia”.⁴¹

A cidadania plena está permeada por ações coletivas. Essa compreensão necessita de um maior empenho dos cidadãos para a máxima “*pensar globalmente e agir localmente*.”⁴² O pensamento pode fazer analogia do discente em sala de aula ao se ver cercado de possibilidades, inclusive as ambientais. Aquele pode intervir na preservação do ambiente escolar, ao fazer sua parte no mundo que lhe rodeia.

2.2 Uma visão dos princípios da ética

Em situações corriqueiras do ambiente escolar visualiza-se o quanto a presença dos elementos constituintes da ética se faz necessário. A convivência num ambiente escolar harmônico exige senso ético e de respeito mútuo para que as relações fluam com equilíbrio. Nessa perspectiva, discorrer e avaliar acerca dos conteúdos da ética no século XXI envolve apreciar diferentes visões, no sentido de atribuir à educação sua valoração e representação neste momento ímpar.

A interferência de Morin, antropólogo e sociólogo francês, foi primordial nos documentos da UNESCO com relação à educação do futuro. O autor mencionado discorre a respeito da ética do humano denominada de antro-poética em seu capítulo VII, o qual apresenta de acordo com as éticas e sua aplicação, o relevante

⁴⁰ FREIRE, 1997 apud GADOTTI, 2008, p. 68-69.

⁴¹ GADOTTI, 2008, p. 75.

⁴² CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo; XAVIER, Grazielle. *Pensar globalmente e agir localmente: o estado transnacional ambiental em Ulrich Beck; Vale do Itajaí – Santa Catarina*, ano 11, n. 1431. 2007. p. 823.

compromisso de missão ao presente milênio: “[...] desenvolver a ética da solidariedade; desenvolver a ética da compreensão; ensinar a ética do gênero humano [...]”⁴³, ou seja, o saber cuidar a partir dessa sensibilização nas escolas, é formar consciência conjunta no novo perfil de compromisso ético.

A educação permeada por princípios éticos torna-se imprescindível, uma vez que a pessoa é vista de forma integral enquanto protagonista de suas próprias ações. O discente assume sua condição de cidadão no exercício de práticas como: diálogo, justiça, respeito e solidariedade. Assim sendo, a abordagem de tais constituintes em ambiente escolar tem a intenção de compor uma aprendizagem autônoma e crítica, a partir da resposta as seguintes indagações:

Como estimular a atitude de respeito mútuo? [...] Quais os critérios que estabelecem o que é justo e injusto? Como sensibilizar o aluno para agir solidariamente? Qual a importância do diálogo no estabelecimento de relações de respeito, justiça solidariedade entre as pessoas?⁴⁴

2.2.1 Diálogo

A comunicação é um ato inerente ao ser humano, pois ao nascer a criança inicia o seu processo peculiar de interação com o mundo por meio de gestos, grunhidos e choro. Ao longo do tempo o pequeno ser desenvolve outras formas de comunicação, como o balbuciar das primeiras palavras.

Em uma próxima etapa, na escola, a criança e o adolescente, por meio do diálogo, passam a ter de fato suas primeiras relações interacionistas. Docentes e discentes, por sua vez, no decorrer do processo dialógico e troca de conhecimentos firmam parcerias que não saem da memória, da mente e do coração deles. Freire afirma que a transformação social ocorre quando o pensamento crítico manifesta-se pelo diálogo:⁴⁵

[...] o verdadeiro diálogo não pode existir se os que dialogam não se comprometem com o pensamento crítico; [...] pensamento que percebe a realidade como um processo de evolução, de transformação, e não como uma entidade estática; pensamento que não se separa da ação, mas que se submerge, sem cessar, na temporalidade, sem medo dos riscos.

⁴³ MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Trad. de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sayer; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000. p. 106.

⁴⁴ BRASIL, 1998, p. 75.

⁴⁵ FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979. p. 43.

Na comunidade escolar, a comunicação torna-se, então, o elo decisivo de integração entre seus agentes (docentes, funcionários, discentes e seus responsáveis). Quando não há sintonia entre os segmentos citados, pressupõe-se falha na comunicação. Mais grave do que a falha na comunicação é a ausência desta. “Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. [...] Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também diálogo. [...]”⁴⁶

O docente, enquanto coordenador, orienta o diálogo com o intuito de que as considerações e os posicionamentos sejam levados à construção do raciocínio e a busca da consistência e de clareza das colocações discentes. Vale ressaltar que quando essa mediação não ocorre, como deveria, ocasiona traumas nos discentes que não alcançaram aprendizagem. Por isso, a sintonia do diálogo em sala deve ser constante.

Grande exemplo da evolução dos processos de diálogo em destaque é o diálogo inter-religioso. O diálogo entre as religiões era quase que inexistente até antes do século XIX. Raimon Panikkar contribuiu significativamente para o surgimento desse entendimento conforme Sinner sugere:

O diálogo implica uma posição própria e uma postura de abertura frente ao outro. Somos de religiões diferentes [...]. Mas a partir da confiança em Deus que quer salvar a todas e todos, tenho uma base comum [...]. Eu pressuponho, portanto, que [...] nós nos ajudamos mutuamente na aprendizagem sobre Deus e nosso lugar e atuação no mundo, portanto é uma *hermenêutica* da confiança.⁴⁷

2.2.2 Justiça

O entendimento sobre Justiça é bem complexo e universal, sendo que uma de suas definições envolve diretamente o consenso do que seria justo ou não, conforme a legislação em vigor. Sua aplicabilidade se faz necessária desde o surgimento da real necessidade da prática à equidade. Dessa maneira, tanto a etimologia do vocábulo, bem como a dificuldade existente em definir o termo de forma precisa, aparece expressa no âmbito jurídico ao descrever o excerto abaixo:

Justiça vem do étimo latino *justitia* e significa conformidade com o direito, dar a cada um o que por direito lhe pertence, praticar a equidade. O sentido etimológico da palavra Justiça pode sugerir um caminho para que se proponha a sua definição. Entretanto, apenas aponta uma direção (origem

⁴⁶ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 51.

⁴⁷ SINNER, Rudolf von. *Confiança e convivência: reflexões éticas e ecumênicas*. São Leopoldo: Sinodal, 2007. p. 130.

etimológica), não sendo possível afirmar categoricamente em que consiste a definição universal de Justiça. Essa dificuldade de definir o que seja a justiça decorre da diversidade de culturas e valores éticos e morais, pois o que se tem por justiça para uma determinada comunidade pode não o ser para outra.⁴⁸

Entretanto, tal definição ultrapassa o aspecto legal, pois envolve a ética, as leis, por conseguinte igualdade e equidade. Estes dois últimos, critérios fundamentais para se pensar criticamente a ideia de justiça.

A igualdade trata de direitos que todo e qualquer cidadão possui a respeito de suas características específicas, enquanto que o conceito de equidade expande o de igualdade. Os PCNs sugerem um esclarecimento mais amplo:

O princípio da justiça traduz-se na busca de igualdades de direitos e de oportunidades, o que pressupõe considerar as condições concretas das situações e dos sujeitos envolvidos para o julgamento do que justo ou injusto.⁴⁹

Assim sendo, para que a justiça seja feita, todos os partícipes de determinada circunstância devem vê-la com imparcialidade. No ambiente escolar, a prática da justiça é algo crucial. As situações em sala de aula ou ainda nas demais dependências da escola fazem com que o discente sinta a necessidade de apoio, reflexão e intervenção. De acordo com os dados levantados no decorrer de uma pesquisa realizada, em 2014, pela Unifesp intitulada II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (Lenad): “O bullying afeta 13% das crianças e adolescentes no ambiente Escolar, sendo as meninas as que mais sofrem [...] 13,8% relatam já ter sido alvos da prática. Já entre os meninos, essa parcela é de 12,1%.”⁵⁰

A estatística acima aponta que as pessoas que sofrem com o problema do *bullying* na infância tem maior probabilidade de se tornarem adultos depressivos e propensos à ingestão de álcool e drogas, devido às constantes agressões verbais e/ou físicas vivenciadas. Desse modo, cabe ao docente mediar os conflitos de forma imparcial.

A natureza e seus recursos também são vítimas de uma série de atos destrutivos praticados pela própria humanidade que nem percebe a dimensão dessa

⁴⁸ VILAR, Eduardo Franco. Filosofia do Direito e da Justiça. 2011. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,filosofia-do-direito-e-da-justica,32714.html>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

⁴⁹ BRASIL, 1998, p. 102.

⁵⁰ ANUÁRIO Brasileiro da Educação Básica 2016. Bullying afeta 13% das crianças nas escolas do Brasil. 2014. Disponível em: <<http://todospelaeducacao.org.br/educacao-na-media/indice/30290/bullying-afeta-13-das-criancas-em-escolas-do-brasil/>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

problemática. Em clamor a essa justiça, o princípio geral da Carta da Terra intitulado de “Justiça social e econômica” em seu primeiro item referencia o bem comum ao citar: “Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental”.

Em paralelo, o lema lançado na última Campanha da Fraternidade 2016: “Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca” (Am 5, 24)⁵¹ de iniciativa da Igreja Católica Apostólica Romana, também corrobora em seu contexto bíblico, sentimento de máxima intenção em fazer justiça. Entretanto, a busca da justiça em meio à humanidade transformou-se em uma cultura injusta pela comprovação de extinção de um bem comum e imprescindível: a água.

[...] o recurso mais abundante no Planeta Terra, porém, apenas 0,007% está disponível para o consumo humano. [...] Entretanto, a escassez de água potável que é hoje um problema crônico em diversas regiões do mundo está gerando alertas também no nosso país.⁵²

Portanto, trata-se de um direito garantido pela população, o acesso a água. No entanto, cabe a ela usar e reutilizá-la com respeito, de forma solidária e justa para com o planeta.

2.2.3 Respeito

Respeito, elemento da ética, que exige o bom senso e uma permanente, reciprocidade. O exercício do respeito é nitidamente perceptível em uma sala de aula quando, por exemplo, ocorre sorteios na formação de equipes para atividades. A mediação, nesse momento, do docente se faz necessária para evitar conflitos entre discentes e ao mesmo tempo combater sentimentos de discriminação ou menosprezo.

Enfim, o respeito é presente quando nenhuma das partes sente-se diminuída por expressar sua identidade, ou seja, é aceito por suas convicções e reconhecido por ter o mesmo direito que qualquer cidadão. A autonomia fortalece-se a partir dessa premissa. Cumpre ressaltar, conforme os PCNs, num âmbito filosófico que a

⁵¹ CONIC - Conselho Nacional de igrejas Cristãs do Brasil / Campanha da Fraternidade Ecumênica / 2016: Manual. Brasília, Edições CNBB, 2015. p. 7.

⁵² CONIC, 2015, p. 32.

moral é “[...] o conjunto de princípios, crenças, regras que orientam o comportamento dos indivíduos nas diversas sociedades [...]”⁵³.

Em contrapartida, a ética é uma “[...] reflexão crítica sobre a moral. [...]”⁵⁴ A menção destes conceitos possuem estreita vinculação com a noção de respeito em seio familiar, pois a obediência às regras da sociedade, por meio de ações não fere a moral nem a ética. A relação do ser humano com a natureza se encaminha para a compreensão da organização sociocultural. Representam, por sua vez, o entrelaçamento de culturas distintas que se fortalecem para longa caminhada de vivências no âmbito educacional. Logo, o respeito deve prevalecer em nome das diferenças, da conquista e conseqüente integração entre as pessoas.

No afã desta integração, a arte de assimilar e integrar-se ao meio é prioridade para uma convivência respeitosa. Nesse preceito, a ideia do cuidado e da dimensão do respeito à vida são essenciais e indispensáveis ao ser humano, dessa forma ter-se-á uma convivência harmoniosa no ambiente escolar.

2.2.4 Solidariedade

O último conteúdo sugerido, a solidariedade, torna-se reflexo da prática de uma compreensão profunda dos demais elementos até aqui citados que compõem a ética. Esta compreensão, em ambiente escolar, precisa ocorrer por meio de ações solidárias que envolvam o diálogo, a justiça e o respeito. Freire, assim, argumenta:

A noção de vida comunitária, onde se incluem o respeito, a preocupação com o outro, a solidariedade, é, neste sentido, fundamental. E daí nos deparamos, seguindo nosso raciocínio de buscar, a inserção destas noções na educação do ser humano [...]

Uma necessidade para o fortalecimento da comunidade [...] não pode ser entendida sem uma prática comunitária.⁵⁵

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola pode sugerir ao discente propostas de ações solidárias. Os PCNs demonstram ideias de práticas como:

Organizar e participar de ações comunitárias, [...], responsabilizar-se pelos cuidados de bens coletivos, [...], ou um trabalho educativo em campanhas de saúde, ou ambientais, são formas de envolvimento dos alunos em busca de alternativas para problemas reais [...] da sociedade geral”.⁵⁶

⁵³ BRASIL, 1998, p. 49

⁵⁴ BRASIL, 1998, p. 49.

⁵⁵ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da solidariedade*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 125.

⁵⁶ BRASIL, 1998, p. 105.

Neste sentido, a missão dos educadores seja de suscitar debates ou situações com práticas de sensibilização, pode ser engrandecedora. O anseio de muitos educadores em querer fazer algo além do local, mas também global, pode ser comprovado pelos educadores Almeida e Fonseca:

Os projetos [...] passam necessariamente pelas dimensões da solidariedade e da visão do bem coletivo [...]. Isso vale para os grandes problemas da humanidade de hoje, [...] como também para os mínimos problemas, o da sujeira do pátio da escola ou o desrespeito dos meninos para com as meninas em relação às manifestações afetivas.⁵⁷

Ações planejadas nos projetos destacam a responsabilidade da humanidade para com a sustentabilidade do planeta. Por isso, o planeta Terra com uma diversidade e vidas interligadas, urge a necessidade da atuação humana para sua subsistência, no sentido de resguardar a vida acima de tudo. Assim sendo, a ética ambiental traz em sua composição “três princípios básicos: Sustentabilidade, Justiça Social, Preservação/Conservação”.⁵⁸ Acredita-se que a educação idealizadora, com uma nova forma de conduta apropriada ao século XXI, deverá conduzir crianças, jovens e adultos por meio de novos paradigmas e conceitos, tornando-se o impulso decisivo e solidário rumo à sobrevivência da vida no planeta.

Boff define a ética da vida que traduz esse destino pelo princípio da “solidariedade planetária”, a qual visa o cuidado com o universo e o sintetiza na afirmativa: “[...] devemos inspirar-nos na visão da cosmologia contemporânea. Ela é holística, confere centralidade à cooperação e à solidariedade como a lei básica de todas as coisas e do inteiro universo [...]”.⁵⁹ Constata-se, assim, que mediante o problema socioambiental, a humanidade necessita de sensibilidade para solidarizar-se às causas que favoreçam um ambiente sustentável.

Boff discorre sobre a ética da solidariedade de maneira ampla, ao abordar a questão da natureza:

[...] a vida depende da solidariedade, tanto ontem como hoje. Ninguém dá a vida a si mesmo, senão que a recebe de alguém que a acolhe solidariamente e a introduz na comunidade dos humanos. Todos dependemos de um prato de comida e de um copo de água e daqueles que nos aceitam, suportam e decidem conviver conosco. Sem essa

⁵⁷ ALMEIDA, Fernando José de; FONSECA JÚNIOR, Fernando Moraes. *Projetos e Ambientes inovadores*. Série de Estudos. Educação à Distância. Ministério da Educação – MEC. Brasília: Editora Parma, 2000. p. 63.

⁵⁸ PORTAL EDUCAÇÃO. *Ética Ambiental*. 2012. p. 21. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

⁵⁹ BOFF, Leonardo. *Ética e ecoespiritualidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. p. 69.

solidariedade básica, não haveria sociedade, nem entre os animais e outros organismos societários.⁶⁰

Nessa visão, o educador pode ser perspicaz em envolver o discente numa interpretação, de acolhimento e de partilha na escola. Isso, os leva a uma visão real de futuro, sem discriminação, e ao mesmo tempo os faz refletir sobre suas ações. Essa premissa ainda é reforçada por Freire, pois a “[...] solidariedade tem que ser construída em nossos corpos, em nossos comportamentos, em nossas convicções.”⁶¹ Assim, a possibilidade de se prolongar a existência da vida torna-se mais legítimo.

⁶⁰ BOFF, Leonardo. *Ethos mundial: um consenso mínimo entre os humanos*. Brasília: Letraviva, 2000, p. 111.

⁶¹ FREIRE, 2014, p. 81.

3 PERSPECTIVAS DA ESCOLA EM PRÁTICAS DO COTIDIANO: INTERAÇÃO DA ÉTICA E MEIO AMBIENTE NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Um dos principais desafios do educador constitui em utilizar estratégias criativas para melhor conduzir o processo de ensino-aprendizagem. Para isso, coloca-se como facilitador na conduta de valores éticos, na aproximação dos alunos em suas problemáticas concretas, relacionando-as aos conhecimentos teóricos. Dessa forma, torna-se perceptível a necessidade de se aliar teoria e prática em conformidade aos valores éticos à Educação Ambiental.

Na busca da reaproximação de valores Gastaldi afirma “O homem se *constrói* saindo de si, aceitando totalmente o outro na sua radical *alteridade* [...] e enriquecendo o outro com sua própria riqueza pessoal. Somente assim, poderá chegar a ser *ele mesmo*.”⁶² Nessa perspectiva, o discente ao desenvolver suas habilidades na convivência com o outro, apreende na prática, com agir com ética. Sobre isso, Gutiérrez expõe:

Uma educação sem resultados imediatos, derivados da própria prática, do esforço de continuar o processo, carece de sentido. O sentido se dá tanto nos resultados como no processo. Na verdade, uma educação é alternativa quando é produtiva, quando o interlocutor constrói conhecimentos e os expressa, reelabora a informação, experimenta e aplica; recria possibilidades e inclusive simula e inventa. Tudo isto refere-se a um processo intenso de produção. Essa produção constitui a própria essência da aprendizagem. [...].⁶³

A educação em prol da cidadania torna-se possível mediante sua prática constante, portanto trabalhar os recursos naturais, entre eles a água (desperdício e escassez) nas escolas é de vital importância. Cita-se como exemplo a Escola Estadual José Sanches Postigo (Caiuá-PE) no projeto “Água, fonte de vida”⁶⁴ que devido a necessidade de sensibilizar a comunidade escolar na problemática do uso consciente da água, articulou um plano de ação para o seu uso consciente. Isso se

⁶² GASTALDI, Ítalo. *Educar e Evangelizar na Pós-modernidade*. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1994. p. 75.

⁶³ GUTIÉRREZ, 1999, p. 69.

⁶⁴ BATALIA, Patricia; MENIN, Maria Suzana; ZECHI, Juliana (Orgs.). *Projetos bem-sucedidos de educação em valores: relatos de escolas públicas brasileiras*. São Paulo: Cortez, 2013. p. 181.

justifica porque a cidade de Caiuá não possuía hidrômetros, com isso havia um grande desperdício do líquido na região.

3.1 O contexto da Educação Ambiental no Brasil

No Brasil, a trajetória da Educação Ambiental (EA) se deu por meio de tratados, conferências, agendas, dentre outros. Isso moldou e deu contornos à atual forma de gestar o Meio Ambiente na Educação. A lei nº 9.795/99 detentora de perspectivas peculiares foi tratada como educação ambiental crítica, no artigo 1º define:

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.⁶⁵

O Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (OG) compõe-se pelos Ministérios da Educação (MEC) e Meio ambiente (MMA). Estes, desenvolvem e acompanham a condução do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) o qual tem a missão: “[...] a construção de um sonho, a utopia de propiciar [...] o acesso permanente e continuado à educação ambiental de qualidade.”⁶⁶ O programa marca sua caminhada em momentos que impulsionaram e definiram suas bases, em conjunto com as instâncias educacionais, ao fortalecer a participação de todos.

Sorrentino e Trajber abordam os principais documentos internacionais que regem a educação ambiental brasileira, e afirmam sua relevância para o OG:

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, [...], durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). [...] marca a mudança de acento do ideário desenvolvimentista para a noção de "sociedades sustentáveis", construídas a partir de princípios democráticos em modelos participativos de educação popular e gestão ambiental.⁶⁷

⁶⁵ Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

⁶⁶ MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel. *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em Educação Ambiental na Escola*. Ministério da Educação. Brasília, 2007. p. 15.

⁶⁷ SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel. Políticas de Educação Ambiental do Órgão Gestor. In MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel. *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em Educação Ambiental na Escola*. Ministério da Educação. Brasília, 2007. p. 20.

Nessa ordem a Conferência Intergovernamental de educação ambiental ocorrida em outubro de 1997, em Tbilisi, reuniu representantes de vários países, os quais traçaram “[...] as definições, os objetivos, os princípios e as estratégias para a educação ambiental que até hoje são adotados em todo o mundo.”⁶⁸

A partir daí, o Órgão Gestor dotado dos conhecimentos da Educação Ambiental, em sintonia com as instituições escolares de alguma maneira propiciou início à transmissão do ensino na perspectiva ambiental. Isso foi comprovado com base nas estatísticas apontadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), possuidor de informações que expressam motivação para a continuidade haja vista que:

[...] Os dados de 2004 indicaram a universalização da educação ambiental no ensino fundamental, com um expressivo número de escolas - 94,95% – que declaram ter educação ambiental de alguma forma, por inserção temática no currículo, em projetos ou, até mesmo, uma minoria, em disciplina específica. Em termos do atendimento, existiam em 2001 cerca de 25,3 milhões de crianças com acesso à educação ambiental, sendo que, em 2004, esse total subiu para 32,3 milhões.⁶⁹

Antepondo-se à estatística citada, aconteceu em 2003 a Conferência Nacional do Meio Ambiente, a qual trouxe novas diretrizes às escolas públicas por meio de palestras, debates e técnicas. Iniciava-se, assim, uma nova era de protagonismo infanto-juvenil, por meio de atividades pertinentes a idade, a partir da criação das Com-vida.⁷⁰ Justifica-se assim sua importância, conforme Sorrentino e Trajber: “Ela surge para promover maior integração entre estudantes, professores, funcionários e comunidade, na escola, criando um espaço permanente para pensar e agir pelo ambiente.”⁷¹

Em decorrência disso surgiram grupos estruturados em organizações estudantis e políticas, denominados Conselhos Jovens, o que marcou historicamente a educação. A partir da premissa que o jovem é capaz de educar e aprender com outro jovem, as Conferências passaram a dinamizar os espaços escolares pela abordagem de temas sugeridos como: água, ar, fogo e terra. Ressalta-se que com a criatividade os discentes desenvolverão soluções criativas em defesa do meio ambiente ao longo do ano letivo. E, ao final apresentaram os resultados na capital de seus estados de acordo com os temas trabalhados.

⁶⁸ SORRENTINO; TRAJBER, 2007, p. 20.

⁶⁹ SORRENTINO; TRAJBER, 2007, p. 18.

⁷⁰ Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola.

⁷¹ SORRENTINO; TRAJBER, 2007, p. 39.

Como reflexo a essas Conferências⁷² a Carta de Responsabilidade do Pará⁷³ definiu propostas governamentais e compromissos educacionais a serem cumpridos. Conforme Sorrentino e Trajber dados revelam o resultado do esforço da escola brasileira: “[...] Mais de 4.000 escolas já iniciaram sua Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (COM-VIDA).”⁷⁴ Significa um nível de consciência ambiental e exemplo de ética, por meio de ações sustentáveis ao futuro das gerações.

3.2 Práticas possíveis – Legislação como base e a Escola como meio

Assumir premissas legais no que se refere ao trato com a natureza, faz-se necessário o compromisso, por meio de uma percepção ética. As instituições educacionais poderiam exercer com mais efetividade a prática da EA, uma vez criadas e definidas suas políticas. Contudo, nem todas se disponibilizam na responsabilidade ou condição de cumpri-las.

Nesse sentido, Cavalcanti⁷⁵ discorre a legislação ambiental cujo suporte embasou o êxito de projetos da área na região Nordeste. Neste contexto, trabalhos realizados e desenvolvidos com ética adaptam-se às legislações, e poderão consolidar-se em qualquer região. Nessa afirmativa o quadro abaixo demonstra a aplicabilidade de leis e programas em defesa do meio ambiente:

Quadro 3 - Instrumentos Legais da Educação Ambiental e Informações Gerais

Instrumentos Legais	Caracterização
Constituição Federal de 1988	Art. 225º “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” ⁷⁶
A Política Nacional de Meio Ambiente	Estabeleceu em 1981, no âmbito legislativo, a necessidade de inclusão da educação ambiental em todos os níveis de

⁷² ENCONTRO ESTADUAL DE COM-VIDAS – a Juventude protagonizando a sustentabilidade na Escola. Secretaria de Estado de Educação – SEDUC. Projeto gráfico e diagramação: Sandro Andrey Natividade Monteiro. Belém, 2010.

⁷³ Ver anexo IV. SECRETARIA de Estado de Educação – SEDUC. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. *Carta de responsabilidade: vamos cuidar do Pará.*

⁷⁴ SORRENTINO; TRAJBER, 2007; p. 16.

⁷⁵ CAVALCANTI, Edneida Rabêlo. *Projeto Referencial de Educação Ambiental nas escolas da comunidades atuação do Projeto Sertão no Território do Pajeú-PE.* Quadro 3 – Instrumentos Legais da Educação Ambiental e Informações Gerais. Consultoria: maio de 2011. p. 15-16.

⁷⁶ BRASIL. *Constituição Federal de 1988.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 29 abr. 2016.

	<p>ensino, incluindo a educação da comunidade, objetivando a capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente. Reforçando essa tendência, a Constituição Federal, estabeleceu, no inciso VI do artigo 225, a necessidade de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.</p> <p>§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:</p> <p>VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;⁷⁷</p>
<p>Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.</p>	<p>No Art. 32º trata do ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão. (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006).</p> <p>I - O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;</p> <p>II - A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.</p>
<p>Política Nacional de Educação Ambiental A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto 4.281/2002.</p>	<p>Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil, conhecida como “Lei de Educação Ambiental”, define em seus três primeiros artigos os conceitos essenciais para o desenvolvimento de programas de educação ambiental:</p> <p>Art. 1.º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade;</p> <p>Art. 2.º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não - formal;</p> <p>Art. 3.º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental.⁷⁸</p>
<p>Programa Nacional de Educação Ambiental –ProNEA</p>	<p>O PRONEA, criado em 2003, tem como objetivos promover a articulação das ações educativas voltadas às atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental e de potencializar a função da educação para as mudanças culturais e sociais, que se insere a educação ambiental no planejamento estratégico do governo federal do país. Nessa perspectiva, assume as seguintes diretrizes: Transversalidade e Interdisciplinaridade; Descentralização Espacial e Institucional; Sustentabilidade Socioambiental; Democracia e Participação Social; Aperfeiçoamento e fortalecimento dos Sistemas de Ensino, Meio Ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental. Princípios: Abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais,</p>

⁷⁷ BRASIL. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 29 abr. 2016.

⁷⁸ BRASIL. *Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002*. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 29 abr. 2016.

	nacionais, trans fronteiriças e globais; Respeito à liberdade e à equidade de gênero. ⁷⁹
--	---

Fonte: CAVALCANTI (2011) adaptado pela autora (2016).

A região Norte detentora da maior diversidade de fauna e flora do mundo, é vítima da constante agressão ambiental. Nesse sentido, o poder público criou políticas de intervenção sobretudo nos espaços escolares. O quadro a seguir sintetiza os instrumentos legais de defesa ao meio ambiente.

Quadro 4 - Instrumentos Legais da Educação Ambiental em Santarém e no estado do Pará

<p>Programa de Ensino de Educação do Estado do Pará e da cidade de Santarém.</p>	<p>O estado desenvolve junto às escolas: O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Escolas Sustentáveis. “O PDDE Escolas Sustentáveis, oferecido nos moldes operacionais estabelecidos pelo FNDE, consiste no repasse financeiro, por meio de transferência de recursos de custeio e de capital, para promover ações voltadas à melhoria da qualidade de ensino e apoiar as escolas públicas das redes distrital, municipais e estaduais na adoção de critérios de sustentabilidade socioambiental, considerando o currículo, a gestão e o espaço físico, de forma a torná-las espaços educadores sustentáveis.”⁸⁰</p> <p>O município de Santarém implementa a Política Nacional de Educação Ambiental de acordo com a Lei 9.795 nas escolas da rede pública municipal de Santarém e transversaliza a EA nos setores da SEMED⁸¹ a qual define estratégias e sistematiza as ações.</p>
<p>Programa Juventude e Meio Ambiente Programa de Educação Ambiental do Estado do Pará Lei Estadual nº 5887 Data: 09 de maio de 1995 Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências.</p>	<p>“O Programa Juventude e Meio Ambiente surgiu em 2005 como uma estratégia do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (MEC e MMA) para estimular, ampliar e potencializar o debate e a ação socioambiental das juventudes brasileiras. Foi formulado a partir da sistematização de uma pesquisa realizada em 2004/2005 com mais de 150 jovens integrantes dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente – os CJS - de todo o país (MEC/MMA, 2004).”⁸²</p> <p>Capítulo V – DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL</p> <p>Art. 87 – Na busca da efetivação da cidadania, da garantia de melhor qualidade de vida, da melhor distribuição de riquezas e de maior equilíbrio entre desenvolvimento sócio-econômico e preservação do meio ambiente, a educação ambiental deverá ser efetivada, obedecendo aos seguintes princípios:</p> <p>I – os programas relacionados à exploração racional de recursos naturais, recuperação de áreas, bem como atividades de controle, de fiscalização, de uso, de</p>

⁷⁹ BRASIL. *Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA*. 3. ed. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

⁸⁰ PROGRAMA de Ensino de Educação do Estado do Pará. *Manual Escolas Sustentáveis*. Resolução CD/FNDE nº 18, de 21 de maio de 2013. p. 3.

⁸¹ SANTARÉM. *Relatório SEMED/2016*. Escola Municipal de Educação Ambiental/Escola do Parque Prefeitura de Santarém/PA, jan., 2016. p. 37.

⁸² BRASIL. *Programa Juventude e Meio Ambiente*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/dt9.pdf/p5>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

	<p>preservação e de conservação ambiental, devem contemplar, em suas formulações, ações de educação ambiental;</p> <p>II – os programas de assistência técnica e financeira do Estado, relativos à educação ambiental, deverão priorizar a necessidade de inclusão das questões ambientais nos conteúdos a serem desenvolvidos nas propostas curriculares, em todos os níveis e modalidades de ensino;</p> <p>III – os programas de pesquisas em ciência e tecnologia, financiados com recursos do Estado, deverão contemplar, sempre que possível, a questão ambiental em geral e em especial, a educação ambiental;</p> <p>IV – os recursos arrecadados em função de multas por descumprimento da legislação ambiental, deverão ter revertidos no mínimo, 20% (vinte por cento) do seu total, para aplicação das ações de educação ambiental, aplicáveis no local de origem da ocorrência da infração.⁸³</p>
--	---

Fonte: Produzido pela autora (2016).

Os quadros apresentados versam sobre as leis criadas para uma melhor qualidade de vida no planeta. Com isso, é pertinente uma ponderação reflexiva para melhor visão histórica e entendimento do processo da Educação Ambiental.

A legislação do Meio Ambiente, aliada a conduta técnica do sistema educacional, fundamenta às necessidades de um ambiente saudável, e justifica a necessidade do conhecimento do discente, pois o ambiente ecologicamente saudável é um direito de todos (Constituição Federal/88).

Na garantia desse direito, a educação teve a função de facilitar por meio dos temas transversais a transmissão do conhecimento ambiental. Isso se deu pela eficácia da Lei nº 9.795/99⁸⁴, que dispõe sobre sua aplicabilidade em todas as modalidades de níveis educativos. Diante desse fato, Cuba define:

Somente desta maneira é que se torna possível acreditar na possibilidade de mudar condutas e valores e, assim, formar pessoas que, através da disseminação de suas convicções, trabalharão por uma nova maneira de relacionar-se com o mundo e seus recursos *Naturais* e também com as outras pessoas.⁸⁵

De uma lei maior para a LDB/ 96 um novo dinamismo marca os ambientes escolares, com uma visão mais ampla, além dos muros institucionais. Nessa

⁸³ PARÁ. *Lei Complementar nº 033, de 4/11/1997*. Disponível em: <<https://www.semas.pa.gov.br/1995/05/09/9741/>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

⁸⁴ BRASIL. *Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999*. Institui uma Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso: 16 AGO. 2016.

⁸⁵ CUBA, Marcos Antônio. *Educação ambiental nas escolas*. ECCOM, v. 1, n. 2, p. 23-31, jul./dez., 2010. p. 23.

convicção amplia-se a faixa de etária, ao propor no art. 32, inciso II⁸⁶, que institui o ensino fundamental de seis a nove anos ao componente curricular EA, pois favorece maior assimilação aos discentes devido a pouca idade.

Com esse viés, torna-se compreensível a interligação do mundo, e que a partir da menor faixa etária deve-se começar essa integração, para posterior alcance à transdisciplinariedade. E assim, possível exercício da ética, haja vista que ações realizadas no cotidiano permeiam elementos do diálogo, justiça, respeito e solidariedade, favoráveis ao alcance de uma sustentabilidade para gerações atuais e futuras.

Nesta perspectiva, a busca por melhor estrutura e instrumentalização formal do conhecimento da EA se fortalece com a criação em 2003, do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), que direcionou procedimentos no sentido de adequação educacional ao contexto sócio cultural e financeiro. Nestes termos um aparato bem estruturado de políticas públicas se fez necessário a fim de que o programa obtivesse funcionalidade.

Acrescentando que a valorização dos jovens, como exemplo de protagonismo e credibilidade ao programa, foi mais um avanço da EA, que se deu a partir da Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Ressalta-se que momentos anteriores à Conferência, o uso da aplicação de questionários de pesquisa com os jovens na escola, obtiveram-se dados capazes de embasar um planejamento mais direcionado ao contexto ambiental.

Com o resultado positivo, constatou-se que pelo questionário constatou-se a intenção em querer fazer algo pelo meio ambiente. O que atesta afirmativa de Lima “A educação formal continua sendo um espaço importante para o desenvolvimento de valores e atitudes comprometidas com a sustentabilidade ecológica e social.”⁸⁷

Outros órgãos gestores, MEC e MMA, incentivam a inclusão de mais jovens no programa de Educação Ambiental fortalecidos pelos jovens da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente (REJUMA), que auxiliam na multiplicação de

⁸⁶ BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. 29 abr. 2016.

⁸⁷ CUBA, 2010, p. 32.

conhecimentos por um mundo sustentável. Assim, o REJUMA, como segmento “tem contribuído na prática para o enraizamento da educação ambiental no país.”⁸⁸

Conforme metas e propósitos do ProNEA, a descentralização de ações e execuções, previstas nos Estados e Municípios possuem o cunho peculiar de cada esfera. O estado do Pará, situado na maior região florestal do mundo, desenvolve suas políticas através da lei nº 5887.⁸⁹ A mesma rege princípios que possibilitam a existência de um meio ambientalmente correto, com ações específicas à necessidade local. Dentre elas, destacam-se: fiscalizações acirradas das áreas de exploração ambiental, prioridade a programas e acordos e incentivo de ônus para a área, por meio de reversão de percentuais das infrações ocorridas por danos ambientais para áreas de educação ambiental, no mesmo local da ocorrência.

No que diz respeito aos incentivos orçamentários do Governo Federal, o Pará é beneficiado com o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para escolas sustentáveis. Esse apoio é direcionado àquelas escolas que se dispõem a seguir as diretrizes e condutas práticas de projetos internos de cunho ambiental, e são monitoradas pelo conselho escolar.

Em decorrência de incentivo governamental o estado do Pará, em especial a cidade de Santarém, busca dentro das possibilidades socioeconômicas desenvolver atividades do que diz respeito as políticas públicas ambientais. Nesse sentido, foi criada a Escola do Parque, detentora de uma clientela que atende alunos a partir das séries iniciais ao nono ano.

A programação da Escola do Parque é peculiar ao contexto ambiental: cursos de formação continuada aos discentes, professores da rede e sociedade local são oferecidos periodicamente. Além disso, possui uma estrutura física atraente e bem arborizada. A opção didática de oferecer o componente curricular de EA, em uma escola exclusiva, partiu do entendimento dos gestores locais.

Nesse viés, a busca para um ambiente saudável muitos caminhos controversos e desafiadores foram percorridos. Entretanto, apesar dos percalços, a educação, não pode desistir do discente, pois, este constitui o protagonista dessa caminhada. Nesta reflexão, Moltmann reconhece a ligação vital do ser humano para

⁸⁸ MELLO, Soraia Silva de; DEBONI, Fábio. *Vamos cuidar do Brasil*. Conceitos e Práticas de Educação Ambiental nas escolas. Brasília: Ministério, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente. p. 39.

⁸⁹ POLÍTICA Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.semas.pa.gov.br/1995/05/09/9741/>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

com o planeta: “A terra é a mãe de todas as pessoas, dela elas provêm e a ela retornam para, a partir desse ventre materno, nascer para outra vida.”⁹⁰

Desse modo, projetos são ações corriqueiras em algumas escolas: o projeto “Solidariedade é o nosso compromisso”⁹¹ apresenta neste capítulo a demonstração de princípios éticos; posteriormente, o projeto “O saber fazer na escola”⁹² exhibe diferentes maneiras de aproximação do discente com a natureza. Em ambos os exemplos o discente é mentor principal no processo de cidadania junto à comunidade escolar.

3.3 Projeto: Solidariedade é o nosso compromisso

3.3.1 Identificação

Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Terezinha de Jesus Rodrigues.

Endereço Escola: Alameda30/31 s/n/ Bairro: Aeroporto Velho / Cep: 68.020-400

Cidade: Santarém-Pará

E-mail: pierlisiavitoria@gmail.com

Modalidade de ensino: Ensino Fundamental e Médio

Disciplinas envolvidas: Biologia, Ciências naturais, Ensino Religioso (Ensino Fundamental), Geografia, História e Matemática.

3.3.2 Justificativa

A escola Terezinha de Jesus Rodrigues possui uma clientela com baixo poder aquisitivo proveniente dos mais diferentes bairros da periferia da cidade. Entretanto, existem bairros com realidades bem mais precárias e desconhecidos pela comunidade escolar. Desse modo, criou-se o Projeto “Solidariedade é o nosso compromisso”, o qual foi bem aceito pela comunidade, no exercício das temáticas

⁹⁰ MOLTSMANN, 1993, p. 427.

⁹¹ PEREIRA, Pierlisia. PROJETO: Solidariedade é o nosso compromisso. Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Terezinha de Jesus Rodrigues. Santarém-PA, 2010. Ver apêndices: I, II e III.

⁹² GUIMARAES, Rosenildes. PROJETO: O saber fazer na escola. Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Frei Ambrósio. Santarém-PA, 2016. Ver figuras: 1 – 11, p. 50-58.

dos PCNs: Ética, Meio Ambiente e Pluralidade Cultural aplicadas no cotidiano escolar.

A comunidade escolar sensibilizada pela situação sócio – econômica, das famílias de um bairro periférico organizou arrecadação de: roupas, sapatos e brinquedos. A ação propiciou aos participantes o sentimento de solidariedade ao se disporem como voluntários, assim como a oportunidade de conhecerem a realidade de outros bairros; e também, o exercício da prática dos 5R's⁹³: “I - Repensar, II- Reduzir, III-Reutilizar, IV- Reaproveitar, V-Reciclar”; prática básica de ressignificação de materiais e objetos que poderão ser lixo. Desse modo, o pensamento de Walman incentiva a continuidade dessa prática:

Reconhecidamente, o ato de evitar que os objetos “se lixem”, apelando-se para seu reuso, reforça circuitos comerciais alternativos, incentiva a solidariedade, a inclusão social e diminui os volumes de RS⁹⁴. Através de *sites* na internet, podem-se doar equipamentos indesejados solicitar sua retirada, estendendo sua vida útil e impedindo que se transformem em estorvo. Programas educacionais e de inclusão digital recolhem, consertam e fazem *upgrade* digital de PCs e seus periféricos, dando-lhes sobrevida para alcançar novos usuários. Roupas velhas e peças de vestuário podem obedecer ao mesmo caminho, doadas ou revendidas a brechós.⁹⁵

Legalmente esses cuidados citados com a natureza são apenas alguns dos passos no exercício da ética almejada por Freire⁹⁶: “A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. [...]”. E assim, dinamiza a solidariedade e a justiça ao próximo.

Novos incentivos surgem como a Logística Reversa⁹⁷, na qual as organizações podem obter “[...] vantagem competitiva, através de seus sistemas logísticos, constituindo-se em prática decorrente de mudanças nos hábitos de consumo dos clientes aliadas a maiores exigências por parte das instituições governamentais [...]”. Significa o retorno do produto ao fabricante, com propósito de reuso. Atualmente, os primeiros produtos que retornam ao fabricante são: Pilhas, pneus, garrafas pet, entre outros, mas isso caminha em passos lentos, entretanto minimiza em pouca proporção a problemática do lixo. Em paralelo, o prazo de

⁹³ FELDMANN; Wagner. *Coleta Seletiva e Reciclagem - Educação Ambiental*. São Paulo: PAE, 2012. p. 12.

⁹⁴ RS significa dizer resíduos sólidos.

⁹⁵ WALDMAN, 2010, p. 200.

⁹⁶ FREIRE; Paulo. *Educação como Prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra S.A, 1983. p. 43.

⁹⁷ RAZZOLINI FILHO, Edelvino. *O reverso da logística e as questões ambientais no Brasil*. Curitiba: Ibpx, 2009. p.56

decomposição de resíduos, sólidos como, por exemplo: “[...] Pano: 6 meses a 1 ano; [...] Náilon mais de 20 anos [...]”⁹⁸ continua em atuação em todo planeta. Enquanto isso, a prática dos 5R’s se justifica, uma vez que doar roupas ou objetos reutilizáveis é praticar a solidariedade.

3.3.3 Objetivos

Geral

Proporcionar o conhecimento das temáticas dos Parâmetros Curriculares Nacionais aos discentes para construção de uma consciência cidadã.

Específicos

- Promover maior interação entre os membros da comunidade, gerando um ambiente de paz e solidariedade, em busca de um ambiente mais acolhedor por meio exercício da cidadania;
- Contribuir para satisfação de muitas famílias necessitadas na véspera do natal com ênfase nas temáticas ética e meio ambiente.

3.3.4 Metodologia

Os componentes curriculares desenvolvem-se ao longo do segundo semestre do ano, com conteúdos focados ao perfil do bairro que obteve maior quantidade de votos para ser agraciado com o material doado. Cada componente em seu contexto identifica e trabalha questões peculiares ao local em busca de conhecê-lo. A doação de roupas, sapatos e brinquedos usados é realizada na própria escola, por meio da comunidade escolar e bairros adjacentes.

3.3.5 Metas

Alcançar anualmente pelo menos 50% a mais da quantidade de itens arrecadados em relação ao ano anterior, pois, somente assim é possível observar o avanço ou não de uma consciência cidadã.

⁹⁸ CONSUMO Sustentável: manual de educação. Brasília: Consumers International/MMA/IDEC, 2002. p. 106.

3.3.6 Cronograma de atividades

Ações estabelecidas	Plano de execução	Período			
		Ago	Set	Nov	Dez
- Pesquisa com a comunidade escolar para escolha de um bairro carente.	- O processo ocorre com a sugestão de bairros pelos discentes, e votação pelos docentes.	X			
- Convite para Associação de bairro contemplado. - Formação das Equipes de incentivo: alunos e professores.	- Através de reunião presidente do bairro e membros, junto à escola planejam detalhes. - O processo de formação acontece de forma voluntária, após divulgação interna.	X			
- Contato com parcerias.	- Através de ofícios que, são enviados pela equipe de incentivo.	X	X		
- Divulgação interna e externa à escola.	- Elabora-se convites e cartazes para participação de doação a todas famílias do bairro e além deste. Assim como: supermercados, igrejas, rádios.	X	X		
- Dia do evento	- A comunidade escolar se desloca em transporte coletivo à escola do bairro contemplado, e muitas atividades culturais, esportivas e sociais são realizadas antes da entrega das doações. Ao final oferecimento de lanche.		X	X	X

3.3.7 Recursos Humanos

Comunidade escolar.

3.3.8 Resultados ao longo dos anos

ANO	CAIXA COM ROUPAS, SAPATOS E BRINQUEDOS USADOS	BAIRROS
2005	11	Área Verde
2006	20	Santo André
2007	40	Vitória Régia
2008	169	Jaderlândia
2009	Obs. Por motivo de greve não ocorreu.	
2010	92	Maicá

As ações têm por foco arrecadação de roupas, brinquedos, calçados ou qualquer doação em bom estado de conservação. **Fatores positivos:** Resulta uma maior interação da comunidade ao saber que estão com o propósito de ajuda ao próximo. **Fatores negativos:** Não existe tempo para execução de projetos, tornando-se exaustivo vencer todas as etapas. Principalmente na conquista de patrocínios o que leva ao sentimento de impotência pela falta de recursos logísticos.

3.3.9 Parceiros

Serviço Social do Comércio (SESC); Secretaria Municipal de Cultura; Secretaria Municipal de Educação; Instituto Gestor de Pesquisas da Amazônia (IGPA); Padrão Magazine; Supermercados CR; Rádio e TV Tapajós e Rádio e TV Guarany.

3.4 Projeto: O saber fazer na escola/ Subprojeto: Horta móvel educativa

3.4.1 Identificação

Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Frei Ambrósio.

Endereço: Rua: Coronel Joaquim Braga, 36 Bairro: Centro / Cep: 68.005-270

Cidade: Santarém-Pará

E-mail: guimaraes.rosenildes@gmail

Modalidade de ensino: Ensino Fundamental e Médio (EJA)

3.4.2 Justificativa

Para fortalecer o vínculo positivo entre a educação e a saúde, devemos promover um ambiente saudável melhorando a educação e o potencial de aprendizagem ao mesmo tempo que promovemos a saúde (Ministério da Saúde, 1999). Neste sentido, uma Horta na escola pode ser um espaço vivo para diferentes atividades didáticas e pedagógicas que possam integrar questões de saúde e ambientais nas atividades práticas. Nesta horta poderá se desenvolver propostas para elevar atitudes saudáveis, que incentive a cooperação e a solidariedade, que busque resgatar valores éticos sobre a questão Ambiental.

Aqui se buscou a instalação de uma Horta Móvel Educativa a prazo para envolver os alunos na primeira fase e posteriormente a comunidade escolar e familiares. Entende-se que essa prática educativa desenvolva valores em relação à forma como vemos, sentimos e vivemos no ambiente. O espaço físico para instalação foi uma área da escola onde existe o solo que não está sendo aproveitado (área entre os pavilhões de sala de aula). Os materiais utilizados na montagem foram elementos reutilizados do ambiente (madeira e pneus). E a mão de

obra na instalação e manutenção da horta envolve principalmente alunos e professores e, num segundo momento pais de alunos e outros colaboradores.

3.4.3 Como aconteceu - a base da proposta

Acredita-se que é possível *aproveitar o conhecimento empírico* e a curiosidade do *aluno* em relação ao meio social e cultural em que vive e, por meio de ações dinâmicas e participativas na possibilidade de ajudá-lo a organizar as informações de sua realidade.

Nesse sentido, esta proposta de instalar uma horta móvel educativa defendeu a valorização e reconhecimento dos saberes prévios dos alunos (saber fazer/*savoir-fair*) de duas turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de duas turmas do ensino médio regular, como base de apoio no processo do ensino aprendizagem.

3.4.4 Mobilização e sensibilização

Primeiramente por meio de falas abertas em sala de aula aos alunos que foram estimulados a relatarem suas experiências no dia a dia (saberes prévios), cujos relatos foram sendo anotados e posteriormente enfatizados a importância de cada saber no dia a dia do ambiente onde vivem. Os saberes prévios dos alunos participantes destacaram uma relação com atividades com solo, diferentes tipos de uso de plantas, costumes alimentares, cultivo de hortaliças, formas de cultivos, medidas geométricas dentre outros.

Os resultados possibilitaram a organização das atividades seguintes alinhadas com o conteúdo programático escolar, em especial o de Biologia. O desafio nessa etapa foi organizar estratégias para relacionar o conhecimento informal e o saber científico na prática dos alunos.

3.4.5 As ações realizadas

Etapa 1 - Sensibilização e Mobilização Ambiental: esta prática educativa foi para desenvolver valores em relação à forma como vemos, sentimos e vivemos no ambiente. Em sala de aula foram retratados significados de: **Repensar, Recusar, Reduzir, Reparar, Reutilizar, Reciclar e Reintegrar.**

Posteriormente, Sensibilização e Mobilização Ambiental. Logo depois de forma integrada os alunos foram conduzidos para área livre, e por meio debate verificou-se o nível de conhecimento à respeito do assunto horta. Todos os alunos de turmas diferentes do turno noturno receberam textos contendo conceitos.

Após encontro (Figura 1), definiu-se que a primeira tarefa em dia extraclasse seria um dia de revitalização do jardim da escola (Figura 2). Assim, elevar a sensibilização para alternativas sustentáveis na resolução de problemas atuais e na prevenção de problemas futuros da escola.

Figura 1 - Encontro integrado com alunos para Sensibilização Ambiental



Fonte: GUIMARÃES, 2015.

Figura 2 - Encontro integrado com alunos para Sensibilização Ambiental



Fonte: GUIMARÃES, 2015.

Figura 3 - Momento de revitalização do jardim da Escola Frei Ambrósio, Santarém-PA



Fonte: GUIMARÃES, 2015.

Figura 4 - Momento de revitalização do jardim da Escola Frei Ambrósio, Santarém-PA



Fonte: GUIMARÃES, 2015.

Etapa 2 - Horta Móvel Educativa: O mote principal da proposta foi a instalação de um espaço alternativo (Horta Móvel Educativa) como base de apoio para se promover um dinamismo no processo de ensino e aprendizagem a partir da valorização e reconhecimento dos saberes prévios dos alunos (*saber fazer/savoir-fair*). Assim retratou-se a importância da educação alimentar e a conservação do ambiente.

Em sala de aula foram repassadas orientações sobre diferentes etapas para instalação de uma horta.

1º Passo: Informações técnicas para os alunos que emitiram seus conceitos baseados na vivência cultural e a professora alinhou com o conceito técnico científico (Figura 5).

Figura 5 - Orientação técnica em sala de aula sobre Horticultura



Fonte: GUIMARÃES, 2015.

2º Passo: Escolher a área para a instalação da horta e definir tipos de materiais utilizados;

3º Passo: Identificar as ferramentas e equipamentos necessários para o preparo da área e plantio;

4º Passo: Preparo e tipos de ambientes do canteiro (Figuras 7 e 8).

Figura 6 - Preparo e pintura de pneus para plantio



Figura 7 - Preparo e pintura de pneus para plantio



Fonte: GUIMARÃES, 2015.

5º Passo: Preparo dos insumos para o cultivo;

6º Passo: Preparo de sementeiras;

7º Passo: Adubação dos canteiros e preparação de covas;

Figura 8 - Adubação dos canteiros e preparação de covas



Fonte: GUIMARÃES, 2015.

8º Passo: Seleção de hortaliças para o cultivo.

Nessa etapa as orientações ocorreram para os diferentes tipos de propagação de espécies vegetais. O tema alinhado com o conteúdo programático de Biologia.

Figura 9 - Seleção de hortaliças para o cultivo



Fonte: GUIMARÃES, 2015.

9º Passo: Plantio;

Figura 10 – Plantio

Fonte: GUIMARÃES, 2015.

10º Passo: Tratos culturais da horta;

Ocorre semanalmente pelos estudantes durante atividades escolares, em dias alternados.

Figura 11 - Tratos culturais da horta

Fonte: GUIMARÃES, 2015.

3.4.6 Considerações finais

Instalar uma horta móvel possibilitou ao aluno a culminância do entendimento de suas produções culturais e científicas. Acredita-se que a horta móvel não se limitará apenas a escola, mas será estimulada a difundir-se no hábito saudável da família e na comunidade onde vivem. Inclusive poderá subsidiar mudas para os alunos e comunidade. Assim, o aluno passa a ser o protagonista de uma ação de conservação e melhorias na alimentação.

CONCLUSÃO

No presente estudo observou-se que o surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) trouxe às escolas um novo olhar na educação ambiental. Desse modo, as temáticas abordadas nas escolas possibilitaram o exercício da cidadania, bem como mudanças de paradigmas.

Diante disso, a escola, acabou por desempenhar junto à família o papel de mediar ações em conjunto com os discentes para um espaço ambientalmente saudável. Nesse sentido, os discentes passam a ser agentes ativos das temáticas vivenciadas.

A partir desse conhecimento investigativo, as temáticas obtiveram destaques, o que provocou uma mudança na rotina escolar. Ressalta-se que as temáticas não são peculiares das escolas, mas também de estudiosos as têm como princípios básicos de seus estudos.

Nesse pressuposto, os componentes da Ética: diálogo, justiça, respeito e solidariedade convidam a uma reflexão sobre a vida, pois, está só existe em condições favoráveis de subsistência. Nesse sentido, o planeta corrobora por atitudes a favor de sua continuidade. Para isso, caminhos de estudo, sem dúvida, carecem de continuidade e contribuições para o fortalecimento de um ambiente sustentável, conforme propostas elencadas:

O exercício do binômio temático: Ética e Meio ambiente, pode gerar um resultado significativo se ofertados como componentes curriculares individualizados, e no formato interdisciplinar, pois, sua apreensão seria mais eficiente. Fazem-se necessários docentes habilitados para ministrar os possíveis componentes curriculares, uma vez que as mesmas só existem como temas;

Outra proposta relevante dar-se-á com a participação dos discentes como agentes multiplicadores e motivadores dos temas Ética e Meio Ambiente, apreendidos em sala de aula. A priori a ação ocorreria na comunidade escolar, estendendo-se posteriormente a outros locais;

Maior participação das esferas públicas: federal, estadual e municipal, no sentido de maior incremento orçamentário nas áreas de recursos humanos considerando o contexto ambiental.

Portanto, esta pesquisa assinala que partir da educação formal, o fortalecimento da relação Ética e Meio Ambiente terá êxito com a interação conjunta da família, da escola e do poder público. E, que a partir desse elo educacional, a conquista por uma consciência ambiental será possível. Acrescenta-se, ainda, que este conjunto ético ambiental é necessário a aprendizagem no século XXI e o zelo com o planeta garantirá, no presente e no futuro sua sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ALERTA VERDE. Produção: Espaço Cultural CPFL. Publicação e Distribuição: Log Editora Multimídia. Produzido no Pólo Industrial de Manaus, 2007. 4 DVD's: Água (78min), Mudanças Climáticas (128min), Lixo e Reciclagem(160min) e Aquecimento global (130min).

ALMEIDA, Fernando José de; FONSECA JÚNIOR, Fernando Moraes. *Projetos e Ambientes inovadores*. Série de Estudos. Educação à Distância. Ministério da Educação – MEC. Brasília: Editora Parma, 2000.

BATAGLIA, Patrícia; MENIN, Maria Suzana; ZECHI, Juliana (Orgs.) *Projetos bem-sucedidos de educação em valores: relatos de escolas públicas brasileiras*. São Paulo: Cortez, 2013.

BOFF, Leonardo. *Ethos mundial: um consenso mínimo entre os humanos*. Brasília: Letraviva, 2000.

_____. *Ética e Eco espiritualidade*. São Paulo: Vozes, 1986.

_____. *Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 29 abr. 2016.

_____. *Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002*. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 29 abr. 2016.

_____. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Disponível em:
<http://www.oas.org/dsd/fida/laws/legislation/brazil/brazil_6938.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. 29 abr. 2016.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012*. p. 5. Disponível em:
<<http://conferenciainfante.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. *Programa Juventude e Meio Ambiente*. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/dt9.pdf/p5>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

_____. *Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA*. 3. ed. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: geografia*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

CARTA DA TERRA. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2015.

CAVALCANTI, Edneida Rabêlo. *Projeto Referencial de Educação Ambiental nas escolas da comunidades atuação do Projeto Sertão no Território do Pajeú-PE*. Quadro 3 – Instrumentos Legais da Educação Ambiental e Informações Gerais. Consultoria: maio de 2011.

CONIC - Conselho Nacional de igrejas Cristãs do Brasil/Campanha da Fraternidade Ecumênica/2016: Manual. Brasília, Edições CNBB. 2015.

CONSUMO sustentável: manual de educação. Brasília: Consumers International/MMA/IDEC, 2002.

CUBA, Marcos Antônio. *Educação ambiental nas escolas*. *ECCOM*, v. 1, n. 2, p. 23-31, jul./dez., 2010.

CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo; XAVIER, Grazielle. *Pensar globalmente e agir localmente: o estado transnacional ambiental em Ulrich Beck; Vale do Itajaí – Santa Catarina*, ano 11, n. 1431. 2007.

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação ambiental: princípios e práticas*. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FELDMANN; Wagner. *Coleta Seletiva e Reciclagem - Educação Ambiental*. São Paulo: PAE, 2012.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. *Educação como Prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra S.A, 1983.

_____. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. *Pedagogia da indignação - Cartas Pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Ed. Villa das Letras, 2014.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da solidariedade*. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GADOTTI, Moacir. *Educar para a sustentabilidade: uma contribuição a década da educação para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editoria e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

_____. *Escola cidadã*. Coleção Questões da Nossa Época. v. 24. 2008.

GASTALDI, Ítalo. *Educar e Evangelizar na Pós-modernidade*. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1994.

GONZÁLEZ, Lucini F. *Temas transversales y educación em valores*. Madri: Alauda, 1993 apud YUS, 1998.

GUTIÉRREZ, Francisco. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1999. - (Guia da escola cidadã; v.3).

GRUN, Mauro. *Ética e Educação Ambiental a conexão necessária*. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 2000.

HERMANN, Nadja. *Pluralidade e ética em Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em: www.planalto.gov.br Acesso em: 19 jul. 2016 às 16h15min.

MEIRELLES FILHO, João. *O livro de Ouro da Amazônia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2016.

MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel. *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em Educação Ambiental na Escola*. Ministério da Educação. Brasília, 2007.

MENIN, Maria Suzana de Stefano; BATAGLIA, Patrícia Unger Raphael; ZICHE, Juliana Aparecida Matias. *Projetos bem-sucedidos de educação em valores – Relatos de Escolas Públicas Brasileiras*. São Paulo: Cortez, 2013.

MOLTMANN, Jurgen. *Doutrina Ecológica da Criação. Deus na Criação*. Trad. Haroldo Reimer e Ivoni Richter. Petrópolis: Vozes, 1993.

MORENO, Montserrat in BUSQUETS, Maria; CAINZOS, Manuel; FERNÁNDEZ Teresa; LEAL, Aurora; SASTRE, Genoveva. *Temas Transversais em Educação: bases para uma formação integral*. São Paulo: Ática, 1998.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Trad. de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Saya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

PEREIRA, Pierlisia Moreira. *Projeto: Solidariedade é o nosso compromisso*. Santarém: 2005 a 2010. 2008.

POLÍTICA Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/1995/05/09/9741/>. Acesso em: 27 jul. 2016.

PORTAL EDUCAÇÃO. *Ética Ambiental*. 2012. p. 21. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br>. Acesso em: 23 abr. 2016.

PROJETO: Solidariedade é o nosso compromisso. Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Terezinha de Jesus Rodrigues. Santarém-PA, 2010.

RANGEL, C. *Sem coleta seletiva, 94% dos resíduos se perdem*. Invertia, set. 2009 apud RAZZOLINI FILHO, Edelvino. O reverso da logística e as questões ambientais no Brasil. Curitiba: Ibpex, 2009.

RAZZOLINI FILHO, Edelvino. O reverso da logística e as questões ambientais no Brasil. Curitiba: Ibpex, 2009.

SANTARÉM. *Relatório SEMED/2015*. Prefeitura de Santarém/PA, jan., 2016.

SINNER, Rudolf von. *Confiança e convivência: reflexões éticas e ecumênicas*. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel. Políticas de Educação Ambiental do Órgão Gestor. In: MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel. *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em Educação Ambiental na Escola*. Ministério da Educação. Brasília, 2007.

WALDMAN, Maurício. *Lixo cenário e desafios/Abordagens Básicas para Entender os Resíduos Sólidos*. São Paulo: Cortez, 2010.

XAVIER, Antonio Carlos. *Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos: (ciências humanas e sociais aplicadas: artigo, resumo, resenha, monografia, tese, dissertação, tcc, projeto, slide)*. Recife: Rêspel, 2010.

YUS, Rafael. *Temas Transversais em busca de uma nova escola*. Porto alegre: Artmed, 1998.

APÊNDICE I

Cartaz de divulgação do Projeto: Solidariedade é o nosso compromisso

Solidariedade
É o nosso compromisso

*Colabore doando roupas, calçados,
brinquedos ou qualquer artigo novo ou usado
que possa ser reutilizado.*

*Postos de Coleta:
Escola Terezinha de Jesus Rodrigues
Radio Rural*

Entrega de doações: até o dia 20/12/2010

Informações: 3522-7882 / 9138-8973

Junte-se a nós!

Apoio:

**PREFEITURA
SANTARÉM**
CIDADE DA UNIA

SANTARÉM
PARQUE NATURAL DO PICO DO
SEMUR

R
RÁDIO RURAL

GLOBAL
gráfica

APÊNDICE II

Cartaz de divulgação do Projeto: Solidariedade é o nosso compromisso

SOLIDARIEDADE!

**DOAÇÃO DE:
ROUPAS, SAPATOS,
BRINQUEDOS, ETC
USADOS**

Recebimento das Doações
Até 17 de dezembro 2008

**EVENTO DE DOAÇÃO
no Bairro
Jaderlândia em
18 de Dezembro de 2008
15 h**

**É O NOSSO
COMPROMISSO**

POSTOS DE COLETA:

- Escola Terezinha de Jesus Rodrigues
- CR Mendonça/Turiano/Tapajós
- 5ª URE
- Rádio Rural

INFORMAÇÕES:
3522-7882 / 9138-8973

PARCEIROS

Contato Visual
GLOBAL Instituto de Grafica
GUARANY FM
SESC A. B. A.
TV ENCONTRO
SEMED
RADIO TROPICAL

PEREIRA, Pierlisia Moreira. *Projeto: Solidariedade é o nosso compromisso*. Santarém: 2005 a 2010, Cartaz de divulgação 1, 2, color, 41cm x 30cm.

APÊNDICE III

COMPROVANTES FOTOGRÁFICOS

PROJETO: SOLIDARIEDADE É O NOSSO COMPROMISSO

Foto 1 - Abertura do evento: Comunidade de mãos dadas em agradecimento pelos donativos recebidos



Fonte: PEREIRA, 2008.

Foto 2 - Banda da Prefeitura em recepção aos presentes



Foto 3 - Talento das crianças como incentivo as demais



Fonte:PEREIRA, 2008.

Foto 4 - Dança regional como estímulo a cultura



Fonte:PEREIRA, 2008.

**Foto 5 - Esporte interativo – fortalecimento à convivência e a saúde
(Escola Terezinha e Escola contemplada)**



Fonte: PEREIRA, 2008.

Foto 6 - SESC Parceria que envolve a todos



Fonte: PEREIRA, 2008.

Foto 7 - Chegada dos donativos na escola contemplada



Fonte:PEREIRA, 2008.

Foto 8 - Papai Noel para entrega dos donativos



Fonte:PEREIRA, 2008.

Foto 9 - Material doado e recebido p escola contemplada



Fonte:PEREIRA, 2008.

Foto 10 - Ao final lanche aos presentes



Fonte:PEREIRA, 2008.

ANEXO I

Matérias de jornais do Município de Santarém incentivando doações para o Projeto: Solidariedade é o nosso compromisso

Imagem 1 - Incentivo a doações



Fonte: Veículo de comunicação/Jornal impresso/Município de Santarém, 2008.

Imagem 2 - Incentivo a doações



Fonte: Veículo de comunicação/Jornal impresso/Município de Santarém, 2008.

Imagem 3 – Resultado das doações



Fonte: Veículo de comunicação/Jornal impresso/Município de Santarém, 2008.

ANEXO II

Recebimento de Prêmio ao Projeto: Solidariedade é o nosso compromisso

A Simpatia da nossa Santarém é uma qualidade inalienável. Evento em homenagem ao...

Solidariedade dá prêmio à escola Terezinha de Jesus

Em Santarém, escola estadual Terezinha de Jesus Rodrigues foi a vencedora do Prêmio Edição 2008, que faz parte de uma ação conjunta do SESI Nacional, a Sony Brasil e o Instituto da Cidadania Brasil. O objetivo é estimular escolas públicas e privadas a desenvolverem projetos voltados à cidadania.

O Projeto premiado tem por título "Solidariedade é nosso maior compromisso" e desenvolve ações de arrecadação de roupas, calçados, brinquedos e utensílios usados que ainda possam ser reutilizados e posteriormente doados a um bairro carente. A seleção do bairro contemplado é feita pelo corpo docente através de votação e a realização do projeto envolve toda comunidade escolar. O bairro escolhido foi o Jaderlândia no ano de 2008, pois a cada ano é um bairro diferente.

A entrega do prêmio foi realizada pela Assistente Social do SESI/Cat-Santarém à coordenadora do projeto Pierlísia Moreira, que na ocasião destacou a importância de tal iniciativa para o desenvolvimento da consciência de cidadania dos 1000 alunos envolvidos e da comunidade em geral.

A coordenadora do projeto afirma que o mesmo contribui para um maior engajamento dos participantes na escola, além de um crescente e significativo sentimento solidário ao conhecer diferentes bairros carentes. Em continuidade ao momento aconteceu a entrega do Certificado de menção honrosa referente as Olimpíadas de Matemática (Ministério de Educação-MEC) que teve como destaque o aluno Fábio, 8ª série, vespertino.

O Projeto premiado tem por título "Solidariedade é nosso maior compromisso".

Fábio foi destaque nas Olimpíadas de Matemática, organizada pelo MEC.



Fonte: Veículo de comunicação/Jornal impresso/Município de Santarém, 2008.

ANEXO III

Resultado da participação do Projeto: *Solidariedade é o nosso compromisso*



CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Cidadania, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público sob nº 08015.000882/2003-15 certifica que *Pierlisia Moreira Pereira*, coordenadora responsável pelo projeto de cidadania *Solidariedade o nosso Compromisso*, realizado na *E.E.E.F.M. Terezinha de Jesus Rodrigues*, foi premiada em 1º Lugar na categoria Ensino Médio, no Prêmio Construindo a Nação, desenvolvido em parceria com a Fundação Volkswagen e a Confederação Nacional das Indústrias, no ano de 2008.

O Prêmio Construindo a Nação destaca projetos de cidadania desenvolvidos nas escolas brasileiras, oferecendo oportunidade de vivência social a seus alunos e contribuindo para a melhoria de vida das comunidades brasileiras.

São Paulo, 15 de abril de 2016

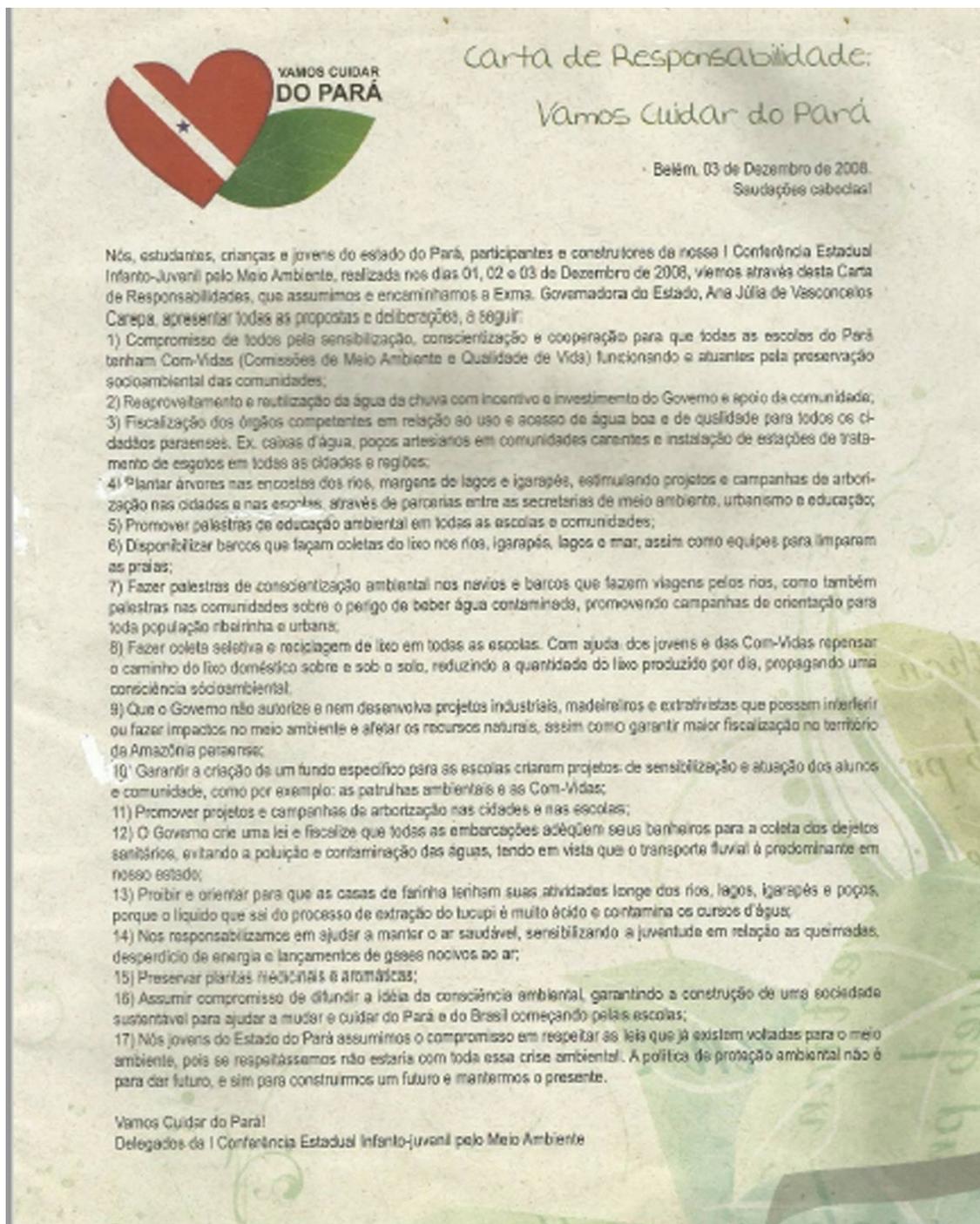
Realização:  

Apoio:  
PAULO SAAB
Diretor Presidente

Fonte: Instituto Cidadania, 2016.

ANEXO IV

CARTA DE RESPONSABILIDADE: VAMOS CUIDAR DO PARÁ



Fonte: I Conferência Estadual infanto-juvenil pelo Meio Ambiente, 2006.